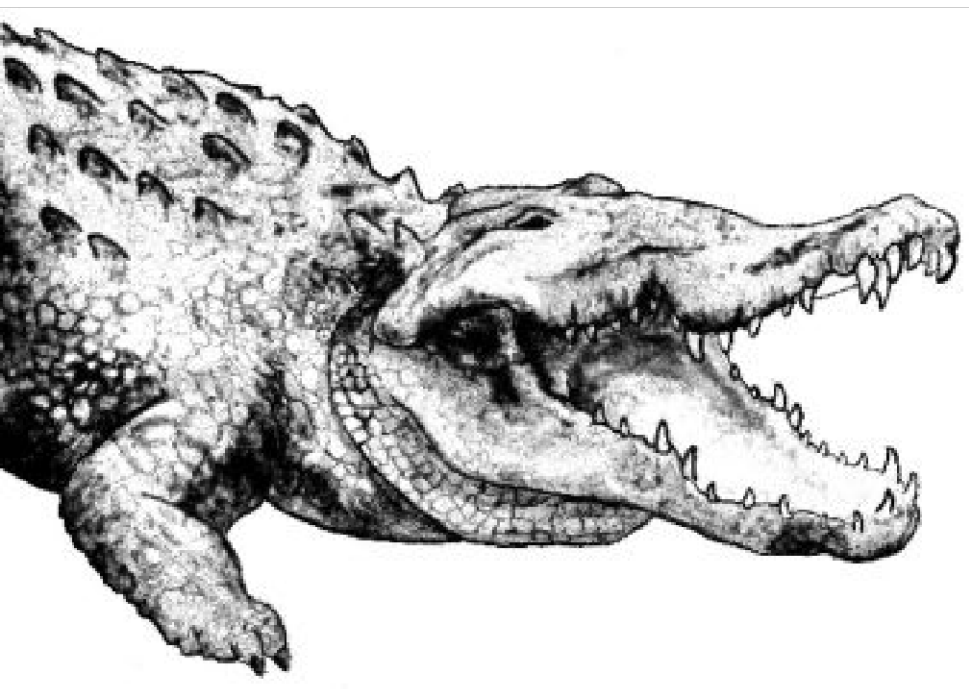




Aviso de Copyleft: Esta publicação é uma ferramenta de luta contra o capitalismo, a colonialidade e o patriarcado em todas as suas expressões. Por isso, pode e deve ser reproduzida para ler em qualquer lugar, discutir em grupo, promover oficinas, citações acadêmicas, rodas de conversas e fazer impressões para fortalecer o seu rolê anarquista / banquinha de zines / coletivo. Compartilhar não é crime. Pirataria é multiplicação.

e os estupradores? abordagens anarquistas ao “crime” e “justiça”

Tradução e adaptação de *what about the rapists? Anarchist approaches to crime & justice* do coletivo CrimethInc realizada por Brooks em 2021, com revisão de abobrinha.

Monstro dos Mares

Divulgação Acadêmica Anárquica

Caixa Postal, 1560

Nova Rússia

Ponta Grossa, PR.

84071-981

www.monstrodosmares.com.br

Sumário

(A)legal	
Sobre Crime	7

Parte um: Justiça Transformativa	15
---	-----------

Coletivo Chrysalis	
Lindo, Difícil, Poderoso:	
Acabando com a agressão sexual por	
meio da justiça transformadora	17

CrimethInc	
Responsabilizando-nos:	
Quebrando o Impasse em Torno de Agressão	
e Abuso em Cenas Anarquistas	38

(A)legal	
Além da vingança e Reconciliação:	
Demolindo o Espantalho	76

Esta zine examina a teoria e a prática anarquista contemporânea sobre crime e justiça, embora não use esses termos. A primeira metade será um exame crítico dos processos de responsabilização baseados na Justiça Transformativa, uma abordagem com origens nos círculos anarquistas dos Estados Unidos que já tem sementes em partes da Europa. A outra metade analisa abordagens retributivas, como ação direta liderada por sobreviventes contra estupradores.

Sobre Crime argumenta que precisamos reconsiderar o que entendemos como comportamento problemático antes de buscar soluções. Ao fazer isso, ele tenta estabelecer a base conceitual para as discussões subsequentes.

Lindo, Difícil, Poderoso apresenta um processo de prestação de contas em detalhes. É um zine em seu próprio direito e foi retirado do livro *A revolução começa em casa: enfrentando a violência íntima dentro de comunidades ativistas*.

Responsabilizando Nós Mesmes oferece uma excelente visão geral da história e das dificuldades dos processos de responsabilização comunitária. Escrito pelo coletivo anarquista CrimethInc, está muito enraizado na cultura punk e DIY dos EUA.

Além de Vingança e Reconciliação Busca reunir os pontos de desacordo e as lições aprendidas para ajudar a desenvolver uma abordagem pragmática e antidogmática para lidar com o comportamento opressor em nossas comunidades.

Sobre Crime

(A)legal

O título desta zine vem de uma pergunta frequentemente feita a anarquistas. A questão apresenta um poderoso desafio para as ideias anarquistas, visto que negligenciamos um envolvimento significativo com ela em favor de noções idealizadas de um futuro pós-capitalista e anárquico. A preocupação não deve se restringir a estupradores e outros agressores sexuais, mas deve ser entendida como englobando outras formas de comportamento abusivo, como violência doméstica, abuso infantil e abuso animal. Como veremos mais tarde, a maioria dos atos atualmente considerados crimes foram deixados de fora desta peça, seja porque são relativamente menores e podem ser tratados sem muita dificuldade, ou não seriam entendidos como um problema ou um ‘crime’ na ausência do estado. A grande maioria das ofensas se enquadra nessas duas últimas categorias; considere, por exemplo, a posse de uma faca, fraude ou não observância das condições de licença para permanecer no país – para citar apenas alguns exemplos.

Por que precisamos falar sobre o crime

No entanto, o fato de muitas das ofensas de hoje não serem entendidas como um problema sob a anarquia não justifica nosso fracasso em desenvolver mecanismos práticos para lidar com o comportamento inaceitável. Apesar da enorme escala de problemas como a violência de gênero, as respostas anarquistas são frequentemente evasivas, instintivas ou lamentavelmente inadequadas. Uma resposta comum quando questionados sobre o que faríamos é simplesmente repetir o refrão banal de que a maioria dos crimes não seria vista como tal em termos anarquistas (por exemplo, em uma sociedade sem propriedade, fraude, roubo e assim por diante não existiriam mais), enquanto outros crimes (por exemplo, estupro e violência contra parceiro íntimo) seriam

raros devido aos fortes laços sociais de apoio e aos valores radicalmente diferentes que o anarquismo acarreta; ou seja, uma crítica robusta de gênero, normas sexuais e hierarquia em geral. Tudo isso é verdade, mas é delirante pensar que isso implica um mundo sem transgressões ou comportamento opressor.

Longe de ser um sistema fechado, o capitalismo é uma cultura ou constelação de culturas; um conjunto de valores, desejos e práticas que afetam a maneira como nos relacionamos conosco, uns com os outros e com outras espécies com as quais compartilhamos este planeta. O racismo, o patriarcado e a superexploração da terra também podem ser encontrados em culturas que, de outra forma, não seriam entendidas como capitalistas.

Sociedades pós-capitalistas ou não capitalistas também não seriam entidades estáticas, mas mundos dinâmicos em um estado de crescimento perpétuo e luta contínua contra os desejos e práticas capitalistas profundamente incorporados em nossa sociedade. A chamada ‘derrubada do capitalismo’ acarreta nada menos do que colapso financeiro e uma luta constante contra os valores capitalistas. Como tal, mesmo em um mundo sem o capitalismo como um sistema econômico apoiado pela lei de propriedade, ainda teremos que lutar contra o comportamento opressor inculto, bem como questões sobre as quais podemos sentir que temos pouco controle. Isso inclui comportamento abusivo enraizado em predisposições biológicas, tendências a certas ‘doenças mentais’ ou complexos de inferioridade; e conflitos impulsionados ou mediados pela escassez e acesso aos recursos. Os exemplos incluem conflitos alimentados por necessidades habitacionais e até mesmo o cansaço de nossos companheiros em nossas respostas ao comportamento opressivo.

O colapso da economia capitalista e o crescimento dos sistemas de valores subjugados – como concepções radicais de gênero e sexualidade – sem dúvida diminuiriam a escala dos abusos, mas essa luta contra a dominação é, e sempre será, um processo contínuo. Esses comportamentos opressivos também fazem parte do

problema tanto quanto o próprio governo; ou seja, nossa luta contra parceiros abusivos e estupradores é tão crítica quanto nossa luta contra os policiais sádicos e racistas que aparecem para lidar com eles.

Em vista disso, faz pouco sentido esperar pelo ‘nosso momento’ - uma crise no governo, a próxima crise econômica – ou falar sobre ‘crime após a revolução’; precisamos construir culturas anarquistas aqui e agora, lutando contra atos de dominação e abuso todos os dias. Isso significa desenvolver ideias e práticas para responder a comportamentos inaceitáveis que estão ocorrendo em nossas comunidades agora.

Classe

Outra razão pela qual não devemos ignorar as preocupações com o crime e a justiça criminal é que essas questões afetam de forma esmagadora as comunidades pobres. O crime violento não apenas atinge os pobres com mais força, mas fornece uma desculpa para a limpeza social em que todos aqueles que não podem ser incorporados prontamente ao sistema capitalista de trabalhadores e consumidores dóceis são despejados em nosso sistema prisional em constante expansão.

Raça

O sistema de justiça criminal também atua como braço executivo do estado racista. Nos EUA, o país com a maior – e maior per capita – população carcerária do mundo é um arquétipo para a Grã-Bretanha e seus outros amigos neoliberais, um terço dos homens afro-americanos estão na prisão ou em liberdade condicional. Aqui no Reino Unido, a imagem não é muito mais clara; os negros têm sete vezes mais probabilidade de serem parados e revistados do que os brancos e constituem 15% da população carcerária, apesar de representar apenas 2,2% da população geral.¹

1 Nota da tradutora: O texto foi escrito pelo coletivo (A)legal, um coletivo anarquista Britânico. No Brasil, a situação não é melhor: 2 em cada 3 presos são negros, sendo 438.719 presos negros contra 212.444 presos brancos segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública em 2020.

Como anarquista, sou contra as prisões, até porque são anti-negros e pobres. Mas se acreditamos na solidariedade e na unidade das lutas, então nós (coletivamente – homens incluídos) precisamos trabalhar em alternativas radicais à prisão que busquem abordar o medo de cada mulher em relação à violência sexual e de gênero, assédio e intimidação, pois essas pragas fazem parte da nossa realidade diária.

Reformulando a forma como pensamos sobre o crime

A chave para abordar essa questão a partir de uma perspectiva anarquista é questionar todas as suposições sobre o que pensamos que sabemos sobre crime, lei e justiça. Isso significa fugir das armadilhas das análises convencionais e contornar os dogmas dos discursos radicais. Aqui, apresento algumas maneiras comuns de caracterizar o problema, com o objetivo de desenvolver uma estrutura conceitual que possa ser usada por anarquistas que tentam navegar nessa questão.

‘Crime’

Crime é o termo usado pelo estado para designar um comportamento que não tolera. Legalmente falando, um crime na lei inglesa é considerado uma lesão ou dano ao estado.² O estado então assume a responsabilidade de lidar com o crime, desde a prisão e julgamento até a sentença. Todo o poder e agência são retirados da vítima, comunidade e réu e entregues a ‘profissionais’. O processo de julgamento e condenação pode ser traumático tanto para a vítima quanto para o agressor e insatisfatório para a vítima. O sistema de justiça criminal isola uma seção inteira da sociedade – uma classe criminosa marcada – que então luta para ser ‘reabilitada’ no mundo exterior.

2 Nota da tradutora: No Brasil “Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativamente ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente”

A noção de crime é usada para criar medo e divisão e, por sua vez, atende a uma infinidade de desejos dos poderosos. Por exemplo, criminalizar danos à propriedade e desordem cria um ambiente seguro para os investidores, permitindo que o capitalismo prospere. Criminalizar a migração dos pobres mantém a integridade das fronteiras (e, portanto, do Estado), sustentando o sistema de classes e o acúmulo extremo de riqueza. A ameaça de terrorismo doméstico indefinido justifica campanhas militares no exterior, enquanto ser linha dura contra o crime em geral serve como uma distração das causas profundas dos problemas sociais e, como resultado, é um vencedor de votos garantido. O controle sobre a definição de crime protege o roubo dos bens comuns e uma série de ações, de outra forma indefensáveis, por parte dos poderosos. As visões anarquistas de comportamento inaceitável fogem radicalmente do conceito de crime, então nenhuma abordagem radical deveria usar o termo para imaginar e construir uma realidade alternativa. Existem muitas críticas extensas aos conceitos de lei e crime (experimente Kropotkin para começar), então elas não serão exploradas mais aqui.

‘Transgressões’

Uma transgressão é a violação de uma norma social. Para os anarquistas, esta pode ser uma forma útil de caracterizar o problema, pois contorna as convenções legais atuais e enfatiza a natureza subjetiva dos padrões de comportamento aceitável. Ao mesmo tempo, nós anarquistas rejeitamos muitas normas sociais, e a transgressão é necessária para resistir a culturas opressoras. Uma transgressão em si, portanto, não deve ser vista como um problema, então isso não nos ajuda particularmente a identificar um comportamento problemático.

‘Violência’

O foco principal de muitos grupos que exploram alternativas aos policiais e tribunais tem sido a violência ou dano e o desenvolvimento de “estratégias antiviolência”. No entanto, essa problematização da violência está enraizada em uma abordagem liberal que não consegue ver as transgressões no contexto da opressão estrutural ou usa uma lógica inconsistente ao pensar sobre nossas lutas. Por exemplo, um número considerável – senão a maioria – de anarquistas apoiaria a violência revolucionária contra o estado e o capital, ou contra fascistas ou agressores homofóbicos. No entanto, por alguma razão, muitos também rejeitam o uso de violência ou coerção contra aqueles que agredem seus parceiros, aqueles que estupram e aqueles que abusam. Parece haver uma falha em avaliar o fato de que esses atos também estão frequentemente enraizados em sistemas de dominação que devem ser destruídos. Esses padrões duplos sugerem, na melhor das hipóteses, um pensamento não-unido; na pior, um rebaixamento do patriarcado a um lugar de importância secundária. Além disso, esta negação de respostas violentas ou coercitivas ao estupro é perpetuada por duas crenças prevalentes:

- a) A ideia de que a retribuição é prejudicial para as vítimas e perpetradores.
- b) A ideia de que a retaliação torna a vítima “tão má quanto o perpetrador”.

Outro problema é que a palavra ‘violência’ passou a ser usada em termos gerais para incorporar omissões (como a ‘violência’ da passividade), e até mesmo linguagem ou ideias que têm o potencial de causar dano ou desconforto a outras pessoas (testemunha de debates recentes sobre processos de responsabilização nos EUA). Esta é outra razão pela qual considero a violência um foco de análise inútil para os anarquistas.

Não é a violência que deve ser vista como fator determinante na ética anarquista, porque também existe uma violência que liberta, e porque muitos de nós vemos a violência como um papel essencial na luta contra o estado e o capital; temos um forte histórico de uso de táticas que podem ser consideradas violentas. Em vez disso, devemos continuar a entender esses problemas como questões de poder e devemos buscar desenvolver respostas à dominação ou abuso desse poder.

‘Dominação’

A dominação é descrita por Michel Foucault como relações que são “fixadas de tal forma que são perpetuamente assimétricas e permitem uma margem de liberdade extremamente limitada”. Em outras palavras, a dominação não é apenas o exercício fugaz de poder sobre os outros – o que, pode-se argumentar, todos nós fazemos de uma forma ou de outra em nossas interações sociais. Em vez disso, a dominação é o exercício de um controle considerável sobre os outros – e pode ser entendida tanto em termos individuais (por exemplo, ao longo de um certo relacionamento, uma mulher passou a exercer um controle considerável sobre seu parceiro), quanto em termos sistêmicos (o homem coage sua parceira ao sexo em uma ocasião, no contexto de uma sociedade patriarcal em que o controle masculino sobre as mulheres é generalizado).

Reenquadrar o crime como uma luta contra a dominação nos permite reorientar nosso foco para desigualdades estruturais, correspondendo aos princípios anarquistas. No entanto, sofre a lacuna de que nem tudo a que nos oporíamos necessariamente se encaixa perfeitamente em padrões estruturais ou fixos de controle.

‘Abuso de poder’

Abordar a questão em termos de abuso de poder, por outro lado, atende a essa necessidade. Não temos problemas com o poder como tal, mas nos opomos ao seu mau uso e abuso para perpetuar os sistemas de dominação. Os abusos abrangem atos de agressão que não se enquadram necessariamente em nenhuma ‘categoria’ de dominação estrutural, como racismo, homofobia e assim por diante. Um bom exemplo disso é um assalto, que pode envolver o(s) perpetrador(es) explorando sua força, tamanho ou números superiores. O perpetrador está em uma posição de poder, que pode não necessariamente (ou deveria) se encaixar em nosso entendimento de opressão sistêmica, e esse poder (por exemplo, tamanho superior), foi explorado. Ainda assim, é claro que isso pode se cruzar com desigualdades estruturais, como a expropriação da riqueza pelos pobres. Todos os fatores devem, portanto, ser levados em consideração em qualquer caso.

Conclusão

Ao navegar no campo minado do ‘crime’ e da ‘justiça’, precisamos considerar criticamente como entendemos o comportamento problemático. Em vez de pensar em termos de crime ou violência, que perpetuam os discursos liberais e estatistas, uma abordagem anarquista deveria se preocupar com questões de poder. Abordar o problema em termos duais de atos de dominação e abusos de poder acomoda tanto uma compreensão sistêmica da opressão quanto da exploração do poder superior em um determinado momento.

Parte um:

Justiça Transformativa

Os processos de responsabilização, examinados em detalhes na próxima seção, são respostas de base, baseadas no diálogo, aos abusos de poder fundados nos princípios da Justiça Transformativa (JT). Embora não seja uma teoria totalmente desenvolvida, a JT tem origens em algumas práticas indígenas, trabalho de mediação e Justiça Restaurativa (JR), com a qual se assemelha muito. Como a JR, ela se opõe fortemente a respostas punitivas ao crime, coloca as partes em conflito no centro do processo e é (pelo menos em teoria) voluntário. Como a JR, facilita o entendimento entre os indivíduos e permite que eles cheguem a um acordo sobre as etapas para ‘reparar’ o dano causado. No entanto, os defensores da JT acusaram acertadamente a Justiça Restaurativa de ter sido cooptada pelo Estado, o que mina seu potencial para desafiar as desigualdades estruturais. Por exemplo, no caso de violência doméstica, a justiça restaurativa, na melhor das hipóteses, ‘restaura’ ambas as partes às posições desiguais que ocupavam antes do abuso ocorrer.

Vários grupos e ONGs reivindicaram lealdade à JT, apesar de ela permanecer teoricamente muito subdesenvolvida. Alguns grupos, como a GenerationFIVE – cuja missão é combater o abuso sexual infantil sem recorrer ao sistema de justiça criminal – também se identificaram com a Justiça Transformativa e desenvolveram seu próprio entendimento sobre ela, discutido no artigo da CrimethInc.

Nos Estados Unidos, na última década, várias comunidades e projetos radicais têm experimentado uma técnica transformadora que surgiu: processos de responsabilização. Idealmente, estes assumem a seguinte forma: uma pessoa faz uma denúncia; um punhado de pessoas forma um grupo de apoio para aquele indivíduo; o grupo de apoio convoca um processo e organiza um grupo de

apoio semelhante para o ‘perpetrador’, que será solicitado a abordar o assunto com esse indivíduo; o ‘perpetrador’ concorda em participar de um processo; os dois grupos se reúnem em uma sessão dirigida por um facilitador ‘neutro’, durante a qual ambos os lados têm tempo para discutir seus sentimentos; o ‘perpetrador’ reconhece a responsabilidade e chega-se a um acordo sobre as medidas que tomarão para reparar o dano, como informar os futuros parceiros sobre o que aconteceu ou comparecer a aconselhamento; o ‘perpetrador’ cumpre o acordo e é regularmente verificado por seu grupo de apoio, assim como o ‘sobrevivente’.

Como esta breve visão geral pode indicar, pode haver uma série de problemas associados a esses processos – desde a linguagem usada até a suposição de que as alegações são sempre verdadeiras. Esses processos, sem surpresa, causaram conflitos consideráveis em muitos setores, mas poderiam render belos frutos se bem executados. Esta foi apenas uma breve introdução; mais informações sobre JT e processos de responsabilidade ficarão claros no restante desta zine. Especificamente, um modelo detalhado de tal processo pode ser encontrado no artigo a seguir.

Lindo, Difícil, Poderoso: Acabando com a agressão sexual por meio da justiça transformadora.

Coletivo Chrysalis

O Coletivo Chrysalis foi formado quando uma amiga e membro de nossa comunidade foi vítima de estupro por alguém conhecido por outro ativista local. “Diane” era uma mulher negra envolvida em vários projetos de organização local. Por meio de seu ativismo, ela fez amizade com “Tom”, um organizador de base masculino, branco, que trabalha em tempo integral em comunidades de pessoas racializadas principalmente pobres. Conforme a amizade deles crescia, Tom expressou seu interesse romântico. Diane deixou claro para Tom que ela estava indisponível e desinteressada. Poucos meses depois, Diane sentiu que Tom traiu sua amizade ao manipulá-la em situações sexuais que ela não queria. A amizade deles terminou abruptamente. Após vários meses de confusão e ansiedade, Diane dolorosamente percebeu que havia sofrido estupro por alguém conhecido.

Ciente de que o estado e suas prisões são os maiores perpetradores da violência contra nossas comunidades, Diane procurou outras soluções. Por mais furiosa e chateada que estivesse com Tom, Diane sabia que colocá-lo na prisão não traria a cura, a justiça e a paz que ela queria para ela, Tom e a comunidade. Ela reuniu seus amigos próximos e formou o Coletivo Crisálida. Éramos um grupo de mulheres e pessoas trans negras com experiência em organização em torno da justiça reprodutiva, saúde queer, justiça racial, justiça de gênero, questões da juventude, direitos de imigração e justiça alimentar. Naquela época, não sabíamos como construir um coletivo de Justiça Transformativa (JT), como responsabilizar Tom, quais modelos de JT já existiam,

ou quais seriam nossos próximos passos³. Mas acreditamos na JT como um caminho de cura individual e coletiva por meio da responsabilidade, compaixão e compromisso. Foi uma forma de criar um sistema de justiça comunitário baseado na humanidade – não na fragilidade – de seus membros e em nossa capacidade criativa de transformar e curar a experiência de viver em uma sociedade violenta e desequilibrada. Em vez de recorrer ao Estado, recorreremos à força e aos recursos já existentes em nossa comunidade para acabar com a agressão sexual e construir relações mais seguras e saudáveis entre os ativistas.

Esta é a história do nosso processo, o que fizemos, como e por que o fizemos, o que funcionou e o que não funcionou. Nossa história não se aplicará a todos, ou talvez até mesmo a ninguém, mas esperamos que nossa oferta a este belo, difícil e poderoso movimento inspire o trabalho que as pessoas fazem em suas próprias comunidades.

3 Depois de muitas ligações, pesquisas na web, conversas e contatos com ativistas incríveis em todo o país, encontramos recursos incríveis. Somos gratos pela sabedoria e trabalho compartilhados pelos ativistas JT que vieram antes de nós, especialmente o pessoal de GenerationFIVE, Hollow Water, Fórum de Questões Indígenas, INCITE! Mulheres de cor contra a violência, Comunidades contra o estupro e o abuso (CARA) e à zine “A revolução começa em casa: enfrentando o abuso de parceiros em comunidades ativistas”, eds. Ching-In Chen, Jai Dulani e Leah Lakshmi Piepzna-Samarasinha (2008).

Passo 1. Organizar:

Forme uma Equipe de Apoio ao Sobrevivente (EAS)

Nosso primeiro passo foi formar uma Equipe de Apoio ao Sobrevivente de pessoas que queriam transformar essa ideia de responsabilidade da comunidade em realidade. Diane reuniu uma equipe de amigos e organizadores de confiança. Algumas questões que consideramos foram:

- ◆ Quem a sobrevivente e seus aliados querem na EAS?
- ◆ Quais são os objetivos da EAS?
- ◆ Quais são as expectativas, habilidades, níveis de compromisso e disponibilidade da EAS?
- ◆ De que recursos a EAS precisa para se preparar e ganhar confiança para o trabalho que está por vir?

A primeira reunião foi um encontro de dois dias que incluiu muitas lágrimas e lenços, visitando o oceano e expressando o compromisso de apoiar Diane e ver este processo de JT nascente até o fim. Durante essa reunião inicial, também desenvolvemos nossos objetivos iniciais para o processo de JT. Criamos metas separadas para Diane, a EAS, Tom e nossas comunidades, incluindo:

- ◆ Ajudar Diane a buscar um caminho de cura saudável, juntando-se a um grupo de sobreviventes, a não se culpar pelo que aconteceu e a manter um diário.
- ◆ Fazer com que Tom concorde em trabalhar com a Equipe de Responsabilidade (ER) que planejamos organizar, procurar aconselhamento, compartilhar com amigos que ele está em um processo de JT e admitir a agressão.

- ◆ Certificar-se de que a EAS e ER se comprometam com um processo de JT centrado no sobrevivente, reconhecer a humanidade de Tom, criar uma alternativa baseada na comunidade para o estado e, eventualmente, compartilhar suas experiências com organizadores e grupos comunitários.

Na época, não tínhamos ideia de como iríamos cumprir essas metas e se isso seria mesmo possível. No entanto, as aspirações que nomeamos quando as coisas eram novas, brutas e não mapeadas permaneceram sendo nossa força orientadora em todo o processo de JT.

Como nem Diane nem nossa equipe de suporte tinham muita experiência em JT ou trabalho de responsabilidade, nosso próximo passo foi ler tudo o que pudemos encontrar sobre o assunto. Nossa equipe passou vários meses aprendendo, pensando e conversando sobre como abordar Tom. Precisávamos desse tempo para sermos intencionais sobre nosso trabalho, construirmos nossa confiança como grupo, aprendermos o suficiente para seguir em frente e darmos a Diane o espaço e o apoio de que ela precisava para se curar. Houve momentos em que nos sentimos oprimidos pelo que estávamos lendo, quando não tínhamos certeza sobre o que poderíamos fazer e quando Diane teve algumas noites difíceis. Construimos nossa confiança continuando a aparecer para Diane, um para o outro e para nós mesmos.

Passo 2. Expandir: Forme uma Equipe de Responsabilidade (ER)

Em seguida, iniciamos o processo de formação da equipe que seria responsável por trabalhar com Tom para responsabilizá-lo. No início, a EAS havia concluído que não queríamos participar do trabalho com Tom. Queríamos ser capazes de nos concentrar na cura de Diane e também sentimos que não seríamos capazes de nos distanciar o suficiente de nossa raiva de Tom para trabalhar com compaixão com ele. Portanto, formamos a ER como uma equipe separada de pessoas, cuja tarefa era responsabilizar Tom. Primeiro, fizemos uma lista de aliados da comunidade que poderiam ser membros da ER em potencial. Uma vez que a ER estaria em contato mais próximo com Tom, era vital escolher pessoas que não apenas acreditassem em nossa definição de justiça, mas também pudessem dedicar tempo e energia e estar dispostos a desenvolver as habilidades necessárias para se envolver com um agressor⁴. Nós nos perguntamos as seguintes questões:

- ◆ Que experiências eles tiveram com agressão sexual, justiça transformativa ou trabalho comunitário?
- ◆ Que outras habilidades eles poderiam oferecer ao processo de JT (por exemplo, paciência, clareza, compaixão, visão política, compromisso)?
- ◆ Que influência eles tiveram na comunidade (por exemplo, reputação positiva, ancião da comunidade, recursos financeiros, conexões)?

4 O Coletivo Chrysalis usa deliberadamente o termo “agressor” ao longo do capítulo por motivos semelhantes aos apresentados por um coletivo de mulheres negras da CARA: “[Usamos a palavra ‘agressor’ para nos referir a uma pessoa que cometeu um ato de violência sexual (estupro, assédio sexual, coerção etc.) contra outra pessoa. Nosso uso da palavra ‘agressor’ não é uma tentativa de enfraquecer a gravidade do estupro. Em nosso trabalho de definir a responsabilidade fora do sistema criminal, tentamos não usar vocabulário com base no crime, como ‘perpetrador’, ‘estuprador’ ou ‘predador sexual’”. Veja CARA, “Assumindo Riscos: Implementando Estratégias de Responsabilidade de Base”, em *Color of Violence: The INCITE! Antologia*, ed. INCITE! Women of Color Against Violence (Cambridge, MA: South End Press, 2006), 302nl.

- ◆ Seria útil se a ER fosse proveniente de comunidades diversas, de raça, gênero, orientação sexual, classe, afiliação organizacional e idade? Em nosso caso, o agressor era um homem branco, heterossexual, de classe média, com um padrão de não ouvir. Sentimos que uma ER liderado por mulheres negras da classe trabalhadora seria menos eficaz do que uma ER predominantemente branco e/ou masculino.
- ◆ E, por último: eles conheciam Diane e/ou Tom?

Formar uma comunidade intencional de pessoas como a ER foi a chave para o processo de criação de espaços seguros para Diane e Tom, e crucial para nosso trabalho de JT. Para nós, o processo de JT não era sobre envergonhar ou ameaçar o agressor; tratava-se de uma transformação profunda baseada na reflexão radical, responsabilidade da comunidade e amor.

Em seguida, os membros da EAS contataram as pessoas na lista individualmente. Já que seus círculos vocacionais se sobrepu-nham tanto, Diane escolheu manter a identidade dela e de Tom em sigilo. Sem divulgar as identidades, a EAS informou ao potencial aliado que havia ocorrido uma agressão sexual na comunidade e que a sobrevivente estava iniciando um processo de JT. Compartilhamos a estrutura da EAS para estupro, agressão sexual e JT, e garantimos que as pessoas compartilhassem uma análise semelhante. Embora a maioria das pessoas não tivesse muito treinamento ou experiência com um processo de JT, enfatizamos que ainda poderiam ingressar na ER, reunir suas habilidades e aprender juntos. No final de nosso processo de verificação, nossa ER incluía quatro ativistas incríveis que compartilhavam uma visão política radical e uma forte estrutura de justiça de gênero. Três dos membros eram ativistas respeitados na comunidade de justiça social com décadas de trabalho comunitário e experiência em organização, alguns tinham experiência anterior no confronto de perpetradores de agressão sexual e um estava envolvido no trabalho

contínuo de abolição de prisões. A maioria da equipe ER era branca, masculina e heterossexual, refletindo nossa estratégia intencional, e um dos ativistas veteranos do movimento era uma pessoa negra. Todos eles conheciam Tom e/ou Diane, e vários tinham relacionamentos de trabalho próximos com um ou ambos. A profunda compaixão e o comprometimento da ER os guiaram nos primeiros meses de negociação de seus relacionamentos pessoais e de trabalho com Diane e Tom. Tal como acontece com a EAS, os membros da ER iriam progressivamente construir sobre os pontos fortes uns dos outros para criar um grupo poderoso e de confiança.

Depois de apresentar os membros da ER uns aos outros, a EAS gentilmente revelou as identidades de Diane e Tom. Como alguns membros da ER conheciam Diane e/ou Tom, isso levou algum tempo para ser processado, especialmente porque houve um período estranho em que a ER sabia sobre a identidade de Tom antes de estar pronta ou preparada para enfrentá-lo.

Nessa época, a EAS e Diane elaboraram uma lista de “pontos de discussão”. Esses pontos de discussão incluíam informações que a ER poderia (e não poderia) compartilhar com Tom, ou seja, um breve resumo do ataque da perspectiva de Diane: que o ataque ocorreu por manipulação, não por força física e outros detalhes. Crucialmente, Diane relatou que essa fase foi extremamente estressante. Compartilhar sua história com a ER foi um passo enorme, público e às vezes assustador. Ela sentiu muito medo, dúvida e raiva, então a EAS teve um cuidado extra para apoiar seu processo. Eles se sentaram com ela, ouviram suas preocupações, afirmaram seu compromisso com a cura e lembraram-na de que ela não estava sozinha nesta jornada difícil, mas boa e importante.

Passo 3. Comunicar: Definindo o relacionamento entre equipes

Para cada grupo, delineamos expectativas e funções claras. No entanto, mantivemos aberta a possibilidade de deslocá-los conforme necessário.

A EQUIPE DE APOIO AO SOBREVIVENTE:

- ◆ Focou nas necessidades e desejos de Diane em todo o processo de JT.
- ◆ Aprenderam JT, verificando recursos em livros/zines, na web e em nossas comunidades.
- ◆ Apoiou o processo de cura de Diane como indivíduo e dentro do processo de JT.
- ◆ Iniciou, monitorou e avaliou o processo de responsabilidade de Tom por meio da ER.
- ◆ Comunicou entre a ER e a sobrevivente, garantindo que a ER conhecesse as necessidades de Diane e fornecesse a ela atualizações sobre o processo da ER, respeitando o quanto/pouco ela deveria saber com relação ao seu processo de cura.

A EQUIPE DE RESPONSABILIDADE:

- ◆ Comprometeu-se com uma prática centrada no sobrevivente em todos os momentos em seu trabalho com Tom.
- ◆ Educaram-se sobre JT com o objetivo de apoiar a transformação de Tom com compaixão. (Nossa ER também teve que equilibrar o tempo necessário para estar preparado com a urgência de transformar o comportamento de Tom).

- ◆ Trabalhou diretamente com Tom para obter responsabilidade e transformação. (Como um grupo, eles tiveram que ganhar a confiança de Tom e se comprometer a honrar sua humanidade. Por exemplo, eles reiteraram consistentemente seu compromisso com a JT, em vez de justiça legal ou punitiva.)
- ◆ Transmitiu e traduziu ideias e sugestões da EAS para Tom. Por exemplo, a ER desenvolveu exercícios específicos e táticas de discussão para transmitir as preocupações de Diane e da equipe EAS a Tom.

A EAS e a ER tinham duas funções, óticas e responsabilidades fundamentalmente diferentes; ainda assim, elas estavam conectadas por seu compromisso comum com os princípios da JT e por uma análise semelhante das várias formas de violência sexual e opressão. Construir uma base sólida entre a EAS e a ER lançou as bases para o que estava por vir. A comunicação regular entre as equipes abordou o processo de Diane, a transformação de Tom, logística, coordenação, perguntas e quaisquer outros problemas. Nossa compreensão de JT exigia que cada perspectiva fosse equilibrada: a ER precisava ouvir da EAS para ver continuamente seu trabalho com o agressor da perspectiva do sobrevivente, e a EAS precisava ouvir da ER para monitorar o progresso de Tom e ser lembrado do de Tom humanamente apesar do dano que ele cometeu. Quando os grupos estavam trabalhando e se comunicando bem, formavam um ciclo de Diane à EAS, da ER e Tom, permitindo linhas diretas de comunicação, bem como a distância necessária para a cura, segurança e confidencialidade de Diane.

Passo 4. Pensar e Desenvolver: Criar um Plano de Justiça Transformativa (JT)

Descobrimos que era crucial que a EAS e a ER desenvolvessem um plano de JT antes de abordarem Tom. O objetivo do plano era delinear nossos passos em direção à JT se e quando Tom concordasse em trabalhar com a ER. Criamos um documento em que delinearíamos as ‘etapas’ potenciais e, em seguida, pensamos em maneiras de fazer com que Tom atinja o melhor caso, maneiras de nos proteger do pior cenário e algumas das possibilidades intermediárias. Nosso plano JT incluía:

- ◆ Nossos Objetivos.
- ◆ Ideias sobre como abordar Tom pela primeira vez.
- ◆ Sinais de alerta de agressão encoberta de Tom.
- ◆ Precauções de reação (ou seja, manter a segurança de Diane e usar nossa influência se Tom reagisse contra-organizando ou tentando contatar Diane).
- ◆ Estabelecer diretrizes para reuniões com Tom (por exemplo, construir confiança entre Tom e a ER e oferecer recursos, “lição de casa” e metas para cada reunião).
- ◆ Trabalhar com o processo de responsabilização de Tom, que envolveu superar negação e minimização, melhorar a empatia do sobrevivente, mudar atitudes distorcidas sobre poder/privilegio/gênero, aprender boas práticas de consentimento e intimidade e cocriar um plano de prevenção de recaída.

O processo de JT real procedeu de forma diferente do que tínhamos imaginado. Algumas ideias nunca foram usadas e outras tiveram que ser desenvolvidas ao longo do caminho. Mesmo que nem tudo tenha sido usado, foi realmente útil para a EAS e a ER terem pensado nessas questões juntas e antecipado possíveis reações e resultados. Nosso plano era imperfeito, incompleto e mudou, mas era muito melhor do que não ter nenhum plano. Aproveitamos os bons recursos que já tínhamos – e incorporamos – para tornar o plano o mais forte possível.

Passo 5. Convocar: Prepare-se para a Primeira Abordagem

Nossa ER e nossa EAS passaram vários meses preparando-se mental e emocionalmente para a abordagem inicial e o primeiro encontro com Tom. A EAS e a ER alinharam, examinaram e entrevistaram recursos locais, como terapeutas, grupos de homens e outros recursos de JT. Descobrimos que os recursos da comunidade local para agressores em relação à agressão sexual e JT eram fracos, então exploramos redes de apoio regionais e nacionais também. Perguntamos:

- ◆ Onde e quando ocorreria a primeira abordagem?
- ◆ Quais membros da ER abordariam Tom?
- ◆ Como eles convidariam Tom para a primeira reunião?
- ◆ Quando e como diriam a Tom que uma sobrevivente estava buscando sua responsabilidade por estupro?
- ◆ Como a ER se comunicaria consigo sobre a primeira abordagem?

Queríamos uma abordagem que modelasse a preocupação (em vez de punição), a confidencialidade e a segurança da comunidade, ao mesmo tempo que nos proporcionasse força suficiente para obrigar Tom a participar do processo JT. Em nossas discussões, foi útil para nós distinguirmos nossas táticas para a “abordagem inicial”, quando pedíamos a ele para vir a uma reunião sobre uma preocupação da comunidade, e a “primeira reunião”, na qual diríamos a ele que a preocupação da comunidade era seu comportamento e a experiência de estupro de Diane. Ficou combinado que duas pessoas a quem Tom respeita fariam a abordagem inicial e manteriam a troca breve e geral para evitar informá-lo sobre o que seria a reunião.

Sentimos que esse plano maximizaria nossas chances de levá-lo à mesa para ouvir nossas preocupações, estar disposto a participar do processo de JT e minimizar qualquer reação que pudesse

colocar Diane em perigo. O sucesso da “abordagem inicial” dependeria do fato de que Tom se preocupava com a comunidade e gostaria de ser parte da solução para um problema comunitário; o sucesso do “encontro inicial” dependeria do fato de que essas preocupações seriam trazidas a ele por pessoas em quem ele confiava e respeitava, e que seria feito de uma forma que não fosse envergonhá-lo ou puni-lo.

A preparação para esta etapa foi importante porque a reação de Tom não poderia ser prevista e como a ER respondeu poderia influenciar a participação de Tom no processo de JT. E se Tom se recusasse a se envolver com a ER, deixando todos sem cura e a comunidade em perigo? E se Tom surtasse quando seu comportamento fosse considerado estupro? E se tudo correr como planejado? Simplificamos nossa preparação para a primeira abordagem, assumindo um cenário de melhor caso, mas também desenvolvemos uma lista de táticas para influenciar e aumentar as apostas para Tom caso ele resistisse (por exemplo, indo para seus amigos e colegas).

A ER escolheu dois membros que Tom respeita e que trabalharam diretamente com ele. Depois de um evento da comunidade de que todos participaram, os dois membros casualmente o abordaram e disseram: “Olá, gostaríamos que você se juntasse a nós em uma reunião sobre um assunto importante relacionado a um membro de nossa comunidade”. Eles desviaram as perguntas de Tom sobre a identidade do membro da comunidade, dizendo: “Há questões de confidencialidade. Falaremos sobre isso na reunião.” Nem a agressão nem o processo de JT foram mencionados. Para a primeira abordagem, sentimos que, quanto menos fosse falado, seria mais provável que Tom participasse da primeira reunião (na qual os detalhes viriam e o trabalho real começaria). Tínhamos medo de compartilhar mais informações sobre o assédio ou o processo JT com Tom por medo de que isso o assustasse, desencadeasse reações agressivas ou o desligasse. Nosso objetivo principal era convidar Tom para uma primeira reunião e, felizmente, ele concordou em comparecer.

Imediatamente após a abordagem inicial, os dois membros processaram a experiência com o resto da ER e EAS, pois todos estavam ansiosos para saber como foi.

Em retrospectiva, percebemos que essa abordagem tinha o benefício extra de ativar dentro de Tom os quadros mentais de que ele e nós precisávamos para este processo: responsabilidade, cuidado, confiança (íamos confiar a ele uma preocupação da comunidade), na medida do possível custo dele se sentir traído por nossa meia-verdade. Em contraste, uma abordagem “autoritária” provavelmente ativaria uma resposta de ataque/defesa em Tom para que ele pudesse recuperar “seu caminho – o oposto do que era necessário no processo”. (E, na verdade, nós apenas nos sentimos desconfortáveis agindo de forma “autoritária”, de cima para baixo, em vez de modelar a cooperação horizontal).

Embora esse primeiro convite para o processo parecesse bastante simples, foi um momento extremamente estressante para Diane, a EAS e a ER. Apoiamos Diane e um ao outro por meio de nossos sentimentos de dúvida e ansiedade sobre se a primeira abordagem e as reuniões seriam eficazes. Infelizmente, não estávamos preparados para o crescente estresse interno nos grupos. Nossa EAS e ER perderam algumas pessoas devido ao aumento da intensidade do processo e do comprometimento do tempo. Esta foi uma época em que as pessoas já viram e sentiram como o processo de JT iria se desenrolar.

Passo 6. Construir: O Primeiro Encontro

A ER planejou a primeira reunião com um olho nas respostas potenciais de Tom. Esta seria a primeira vez que Tom ouviria que Diane havia sofrido estupro, que ela havia sido profundamente prejudicada por seus comportamentos e que estaríamos pedindo a ele para se envolver em um longo e complexo processo de JT. Nós consideramos a seguinte gama de sentimentos que Tom poderia experimentar e/ou expressar:

- ◆ *Agrupar*. Para minimizar as chances de isso acontecer, limitamos a primeira reunião aos dois membros da ER que havíamos selecionado – líderes comunitários e anciãos que modelaram cooperação, não dominação – para fazer a abordagem inicial, porque entre nós, eles eram os mais confiáveis e respeitados por Tom.
- ◆ *Negação, indignação, remorso, vergonha, culpa, medo e atitudes defensivas*. Com esses sentimentos em mente, não esperávamos muito no início. Estabelecemos e mantivemos bons limites e usamos a escuta ativa.
- ◆ *Traição pela sobrevivente e ER*. Tentamos construir confiança e segurança imediatamente ouvindo com compaixão (mas de forma crítica) sua experiência, dando-lhe espaço para sentir traição e negação, e permitindo-lhe oferecer alguma contribuição sobre seu processo de JT.
- ◆ *Oprimido por muita informação*. Para evitar isso, mantivemos as coisas simples no início.

Na primeira reunião, os dois membros da ER disseram gentilmente a Tom que um membro da comunidade vivenciou seu comportamento como estupro. Eles revelaram a identidade de Diane e compartilharam alguns dos pontos de discussão da EAS. O pessoal da ER explicou que Diane e a comunidade passaram por um mal que deve ser curado de maneira responsável. Esses pontos foram comunicados verbalmente e em um documento escrito para Tom reler e processar posteriormente. Alguns desses pontos foram:

- ◆ A ER estava lá para atender as necessidades de Diane e da comunidade.
- ◆ A ER apoiaria Tom em seu processo de responsabilidade e transformação.
- ◆ A ER forneceria a Tom uma declaração simplificada ou uma versão da experiência de Diane, em vez de um relato detalhado que poderia levar a um debate sobre o que aconteceu.
- ◆ A ER reconheceu que a intenção e a experiência de Tom podem ser diferentes das de Diane.
- ◆ A ER estabeleceu limites claros em torno da sobrevivente (ou seja, não entre em contato com Diane).
- ◆ A ER valorizou as contribuições de Tom para a comunidade.
- ◆ A ER e o Tom tinham um interesse mútuo em impedir a agressão sexual na comunidade ativista.
- ◆ A ER convidou Tom para trazer suas necessidades e objetivos para a próxima reunião.

Os membros da ER também foram preparados para:

- ◆ Evitar perguntas ou desafios sobre o incidente, violação, processo ou Diane até a próxima reunião.
- ◆ Evitar oferecer qualquer informação adicional “para ser útil”.
- ◆ Perguntar se Tom tinha amigos para ajudá-lo depois.
- ◆ Estabelecer que Tom deve se comunicar com a ER por meio de um apontador pré-designado.

Após essa reunião, os membros da ER discutiram, atualizaram a EAS, apoiaram-se uns aos outros e relaxaram o melhor que puderam. Seu trabalho estava apenas começando.

Passo 7. Transformar: Encontros com a Equipe de Responsabilidade

Felizmente, a abordagem inicial e a primeira reunião levaram a reuniões regulares entre Tom e toda a ER. Durante cada reunião, a ER concedeu tempo generoso para check-ins e processamento emocional. Como esperado, nossos sentimentos pessoais, como raiva e julgamento, surgiram, por isso enfatizamos novamente consistentemente o compromisso de toda a equipe com JT – não com punição – e com a construção de um clima de confiança e respeito.

Nas reuniões iniciais, a ER deu uma visão geral do processo que esperávamos no futuro. Solicitamos limites de todos e desenvolvemos objetivos comuns, garantindo um lugar para a voz de Tom no processo. Também aprendemos a não esperar muito dele durante as primeiras reuniões. O trabalho à frente provavelmente seria longo, e achamos que era mais importante que cada reunião levasse à próxima.

Conforme continuamos, a ER desempenhou muitos papéis esperados e inesperados, como apoiador, amigo, desafiador, terapeuta, investigador, negociador de contrato e “juiz”. Sempre, a ER e a EAS trabalharam juntas para garantir que o processo de JT centrado na sobrevivente fosse guiado pelos objetivos do plano de JT. A ER também se concentrou nas metas compartilhadas produzidas com Tom. Eles respeitaram as necessidades de Tom, priorizando a segurança de Diane e da comunidade.

As reuniões com Tom focaram no seguinte:

- ◆ Desafiar a cultura do estupro: acompanhando as informações lentamente, começando com as definições e estatísticas de agressão sexual; estudar e discutir zines e recursos relevantes; repetir nosso entendimento de estupro e como ele difere da definição criminal e dos mitos tradicionais; explorar a diferença entre intenção e impacto; e desafiar a primazia que a cultura do estupro dá à intenção do agressor sobre as consequências do comportamento do agressor para a sobrevivente e a comunidade.
- ◆ Explorar cenários não relacionados: Descrever situações envolvendo culpabilidade, intenção, manipulação e, em seguida, conectá-las ao incidente; perguntando como seria assumir a responsabilidade mesmo se Tom não tivesse culpa.
- ◆ Focalizar a experiência da sobrevivente: perguntando a Tom como algo se parece e se sente da perspectiva de Diane; perguntando “O que você tirou dessa afirmação?”; perguntando quem conseguiu o que queria; reafirmar a experiência da sobrevivente; pressionar por sentimentos e empatia; compreender o significado e a prática do bom consentimento.
- ◆ Conectar-se com Tom: Conectando-se ao seu ativismo e usando várias estruturas anti-opressão que seriam familiares para ele; envolvendo Tom na resolução de problemas; empurrando Tom para lugares de desconforto; pedindo a Tom para imaginar que está em uma ER para outra pessoa; atribuir e discutir o dever de casa; praticando escuta ativa e espelhamento.

Desafiar a cultura do estupro: acompanhando as informações lentamente, começando com as definições e estatísticas de agressão sexual; estudar e discutir zines e recursos relevantes; repetir nosso entendimento de estupro e como ele difere da definição criminal e dos mitos tradicionais; explorar Também esperávamos que Tom manipulasse as conversas para evitar aceitar a dolorosa realidade de que havia prejudicado profundamente Diane e, por extensão, a comunidade.

Membros da ER tentaram evitar:

- ◆ Praticar dramatizações sobre comportamentos defensivos.
- ◆ Desenvolver mantras para situações difíceis (ou seja, “Diane sentiu isso como um dano”).
- ◆ Discutindo juntos após cada reunião com Tom, com um foco particular na detecção de manipulação.
- ◆ ‘Interrogatório’ com a EAS após cada reunião ou duas para verificar o processo de JT.
- ◆ Confiar nas experiências e na sabedoria dos membros do grupo.

Ao longo desse processo, uma pergunta difícil e recorrente era se a ER e Tom haviam alcançado seus objetivos. A ER tinha objetivos claros para Tom, ou seja, que ele admitisse o estupro e procurasse aconselhamento profissional. Ao mesmo tempo, ficamos frustrados com a forma de medir ou avaliar essas metas. A ER não queria apenas que Tom mudasse sua linguagem e comportamento; eles também queriam que ele internalizasse o que estava aprendendo e emocionalmente “entendesse”. Observar comportamentos e afirmações era uma forma de medir a mudança, mas percebemos que não havia garantia de que ele estava realmente “entendendo”. Dada a dificuldade em medir nosso sucesso, foi crucial estabelecer metas claras para Tom desde o início deste longo processo de transformação.

Objetivos para Tom:

- ◆ **APRENDER** sobre agressão sexual, consentimento, privilégio, patriarcado, socialização de gênero e cultura de estupro.
- ◆ **RESPEITAR** os limites físicos e de comunicação para a segurança de Diane.
- ◆ **EXAMINAR** seu comportamento anterior para outras experiências de manipulação e agressão; reconhecer e ser responsável por essa história; e manter a comunidade segura no presente e no futuro se for um comportamento repetido.
- ◆ **PROCURAR** aconselhamento profissional para agressores ou juntar-se a um grupo de recuperação de agressores.
- ◆ **AUTOEDUCAÇÃO** para compreender profundamente o incidente, sua intenção e comportamento, e os danos subsequentes a Diane e à comunidade.
- ◆ **DISCUTIR E MODELAR** o comportamento de consentimento para relacionamentos futuros.
- ◆ **COMPROMETER-SE** a atos de restituição a Diane e à comunidade.

Passo 8. Avaliar: Lições Aprendidas

Por mais que tenhamos nos preparado, houve lições importantes que não previmos em nosso trabalho de JT:

- ◆ A situação – e muitos estupros em comunidades ativistas – envolvia coerção, manipulação e/ou direitos, não pura força física, e refletia o quão profundamente os mitos e a cultura do estupro estão enraizados em nossos próprios círculos ativistas. Direitos masculinos, racismo e uma ignorância da cultura do estupro tornaram muito mais difícil para Tom reconhecer seu comportamento como estupro.
- ◆ Era difícil equilibrar a necessidade de confidencialidade de Diane com a necessidade de alertar a comunidade sobre Tom, e isso continuou sendo uma tensão não resolvida em nosso processo de JT.
- ◆ As transformações de Diane e Tom precisam seguir seus próprios caminhos, o que pode significar que Tom pode estar pronto para oferecer uma restituição antes ou depois de Diane estar pronta para recebê-la.
- ◆ Devíamos ter levado mais a sério a comunicação entre a ER e a EAS. Parecia fácil, mas às vezes era difícil agendar outra reunião ou ligação. Não importa qual seja a desculpa, aprendemos a arranjar tempo para fazer o check-in. Vale muito mais do que percebemos no início.
- ◆ O processo de responsabilização do agressor ficou tão envolvente que a EAS começou a perder o controle do processo de cura de Diane. A certa altura, nossas reuniões giravam em torno do progresso de Tom, e ficamos sem tempo antes de abordar o que Diane precisava. Estamos aprendendo a colocar o bem-estar de Diane de volta no centro de nosso processo por meio de coisas como expandir nosso círculo de apoio, ler zines juntos e fazer um plano de gatilho (um plano de gatilho é uma maneira de Diane identificar e superar seus gatilhos. Quando ela experimenta uma memória ou reação traumática,

o plano de que desenvolvemos juntos a ajuda a identificar o que está acontecendo e as etapas que ela precisa realizar para se sentir segura).

O Coletivo Chrysalis ainda está ativamente engajado em nosso processo de JT centrado na sobrevivente. Quanto mais aprendemos sobre JT, mais percebemos que é um compromisso profundo que exige muita energia e paciência. Nosso processo inacabado já dura quase dois anos e passamos por momentos estressantes. No entanto, a cura e a transformação estão acontecendo de forma clara, lenta e constante para todos os envolvidos. Esta experiência nos conectou de maneiras inesperadas e poderosas, reafirmando nosso compromisso coletivo para transformar a nós e a nossas comunidades.

Definições Importantes

- ◆ **ESTUPRO.** Sexo não consensual por meio de força física, manipulação, estresse ou medo; a experiência do sexo como violação física, emocional, mental ou espiritual indesejada dos limites sexuais; não como um ato de carinho, amor ou prazer; violação sexual de confiança.
- ◆ **ASSÉDIO SEXUAL.** Qualquer violação física, emocional, mental ou espiritual indesejada dos limites sexuais.
- ◆ **CONSENTIMENTO.** Uma troca compreensível de palavras e ações afirmativas em relação à atividade sexual; acordo, aprovação ou permissão que é informada e dada livre e ativamente sem força física, manipulação, estresse ou medo.

Responsabilizando-nos:

Quebrando o Impasse em Torno de Agressão e Abuso em Cenas Anarquistas.

Por CrimethInc.

A agressão e o abuso sexual continuam a atormentar os círculos e espaços anarquistas. Em resposta, desenvolvemos processos para responsabilizar uns aos outros fora do estado. Mas por que não conseguimos acertar? Este ensaio examina o contexto em que esses modelos de responsabilidade da comunidade surgiram e analisa as armadilhas que encontramos ao tentar aplicá-los. Para ir além do impasse em torno da violência sexual em nossas cenas, precisamos desafiar a própria ideia de comunidade e levar nossa resistência em novas direções.

Introdução

“Não acredito mais em responsabilidade... minha raiva e desespero em relação ao modelo atual são proporcionais ao quanto investi no passado. A responsabilidade parece um ex-amante amargo... nos últimos dez anos eu realmente tentei fazer o relacionamento funcionar”

— Angustia Celeste, “Safety is an Illusion: Reflections on Accountability”

Primeiros passos: origens e propósito

A agressão e o abuso sexual nos separam, fragmentam nossas comunidades, arruinam vidas individuais, sabotam projetos e organizações, revelam contradições desagradáveis entre nossos supostos ideais e nossas práticas reais e mantêm um clima de medo e opressão, especialmente para as mulheres.

A agressão sexual é política; é uma função do patriarcado, não apenas um dano individual causado por indivíduos (geralmente homens) a outros (na maioria das vezes, mulheres). Agressão e abuso sexual, violência de parceiro, abuso infantil e assédio sexual são as principais formas pelas quais os homens impõem fisicamente o domínio sobre as mulheres. A violência sexualizada ajuda a manter o patriarcado, o heterossexismo, a opressão trans, o preconceito de idade e a opressão da juventude, o colonialismo racista e o genocídio. A luta contra a agressão e o abuso sexual é essencial para a transformação revolucionária.

O modelo de processo de responsabilização tem sido uma das principais ferramentas usadas pelos anarquistas para lidar com agressões e abusos nos últimos anos. Este ensaio analisa este modelo na esperança de provocar uma discussão honesta e autocrítica sobre como respondemos a agressões e abusos nas cenas anarquistas e imaginar direções para seguir em frente.

Este artigo NÃO pretende servir como uma introdução acessível aos processos de responsabilidade da comunidade; ele pressupõe que você tenha algum conhecimento do que são e como funcionam (ou não funcionam). Ele se baseia especificamente nas subculturas anarquistas, punk e ativistas radicais norte-americanas e presume que o leitor compreende seu contexto e linguagem. Se não, tente ler algumas das fontes citadas abaixo (no final do zine) antes deste texto. Se você é um anarquista e já teve alguma experiência com esforços para responder a agressões e abusos em sua cena sob o rótulo de “responsabilidade”, isso é destinado a você.

Estruturas de gênero

O gênero é complicado; algumas pessoas que podemos perceber como homens ou mulheres não se identificam dessa forma, e algumas não se identificam como nenhum dos dois. Ao nos referirmos a “homens” ou “mulheres”, queremos dizer pessoas que se identificam dessa forma, seja cisgêneros ou transgêneros. Ao longo deste ensaio, tanto os sobreviventes quanto as pessoas que agrediram ou abusaram de outras pessoas são geralmente chamados de “elu” como um pronome de gênero neutro. Ataques e abusos podem ser cometidos por qualquer pessoa contra qualquer pessoa, independentemente das linhas de gênero; às vezes, mulheres cis, homens e mulheres trans, e agressões populares sobre gênero, e muitas vezes homens cis também são sobreviventes. Mas esse reconhecimento não deve apagar o fato de que a grande maioria das pessoas que abusam e atacam são homens cis, e a maioria das pessoas que são abusadas e atacadas são mulheres.

A agressão e o abuso sexual não são específicos do gênero (ou seja, como se só pudessem acontecer por ou para pessoas de um determinado gênero) nem são neutros quanto ao gênero (ou seja, como se o gênero de uma pessoa que agride ou é agredida fosse irrelevante para a conversa). Devemos entender os padrões de gênero de agressão e abuso como uma expressão de dominação patriarcal, sem fazer experiências invisíveis que caíam fora dessa estrutura de gênero.

Justiça Restaurativa e Transformativa

Ao falar sobre processos de responsabilização, estamos nos referindo a esforços coletivos para lidar com o dano – neste caso, agressão e abuso sexual – que se concentram não na punição ou na “justiça” legal, mas em manter as pessoas seguras e desafiar os padrões sociais e estruturas de poder subjacentes que apoiam o comportamento abusivo. Em sentido mais amplo, isso pode significar

simplesmente alguns amigos defendendo alguém que foi ferido: perguntando o que eles precisam e tentando negociar essas necessidades com a pessoa que os feriu e entre a comunidade que compartilham. Alguns processos envolvem um grupo que faz a mediação entre um indivíduo e a pessoa que os chama, ou grupos separados apoiando cada pessoa e facilitando a comunicação entre elas. Esses processos geralmente envolvem o estabelecimento de condições ou “demandas” para a pessoa que foi chamada como um meio de restaurar a segurança ou confiança e prevenir que o dano aconteça novamente, e algum método de acompanhamento para garantir que essas demandas sejam atendidas. Todas essas abordagens diferentes compartilham a intenção de tratar o dano causado diretamente, sem depender do estado.

A responsabilização da comunidade apela aos anarquistas como uma alternativa crítica à estrutura adversária do sistema de “justiça” criminal. De acordo com esta estrutura, duas partes em conflito são consideradas como tendo interesses opostos; o estado se considera a parte prejudicada e, portanto, atua como mediador; e “justiça” significa decidir qual pessoa está certa e quem sofre as consequências – que são determinadas pelo estado e, geralmente, não relacionadas ao dano real causado ou às suas raízes. Em contraste, a justiça restaurativa se concentra nas necessidades dos prejudicados e daqueles que causaram danos, em vez da necessidade de satisfazer os princípios abstratos da lei ou de exigir punição. Pessoas que foram prejudicadas desempenham um papel ativo na resolução de uma disputa, enquanto aqueles que causam danos são incentivados a assumir a responsabilidade por suas ações e reparar o dano que causaram. É baseado em uma teoria de justiça que vê o “crime” e irregularidades como uma ofensa contra indivíduos ou comunidades, e não contra o Estado. Muitos dos atuais modelos de trabalho para a justiça restaurativa se originaram nas comunidades indígenas Maori e norte-americanas.

Com base nessa estrutura, o modelo de justiça transformativa vincula o foco da justiça restaurativa em retificar danos em vez de fortalecer o poder do Estado com uma crítica da opressão sistemática. De acordo com a Generation Five, uma organização que fundamenta seu trabalho para acabar com o abuso sexual infantil neste modelo, os objetivos da justiça transformadora são:

- ◆ Segurança, cura e agência para sobreviventes
- ◆ Responsabilidade e transformação para pessoas que prejudicam
- ◆ Ação comunitária, cura e responsabilidade
- ◆ Transformação das condições sociais que perpetuam a violência – sistemas de opressão e exploração, dominação e violência estatal

A prática anarquista de responsabilidade da comunidade repousa, em teoria, nesses princípios básicos, junto com a ética DIY (faça você mesmo) e um foco na ação direta.

Onde Estamos

Responsabilidade da Comunidade Anarquista: História Recente e o Estado Atual das Coisas

Como surgiu esse conjunto de práticas de resposta à agressão e abuso sexual? Na década de 1990 e no início de 2000, as mulheres e outros sobreviventes responderam a agressões e abusos de várias maneiras, incluindo fazendo zines convocando as pessoas a distribuírem em shows, discutindo suas experiências entre si, alertando as pessoas em outras comunidades sobre a repetição de agressores e em alguns casos confrontando-os fisicamente. The Hysteria Collective, com sede em Portland, representou uma das primeiras tentativas estruturais de responder à agressão sexual, produzindo e distribuindo literatura, desafiando a presença de

homens abusivos na cena punk e organizando uma conferência. Em outras cidades, as pessoas formaram gangues de garotas para autodefesa e ações de confronto combinadas. No entanto, na maioria das vezes, esses esforços foram isolados, a crença em mitos de estupro persistiu entre os anarquistas (especialmente homens) e os sobreviventes que tentaram falar foram ignorados, rejeitados, dispensados por distrair a atenção de questões mais importantes, ou culpados pelo COINTELPRO (Programa de Contraineligência).

Em resposta, as mulheres anarquistas e outros trabalharam para encorajar as cenas anarquistas a levar a agressão e abuso sexual a sério e promover uma cultura de consentimento. Muito disso se espalhou pela cultura zine, particularmente os zines Doris e Support de Cindy Crabb; também, workshops começaram a aparecer em conferências radicais discutindo o apoio dos sobreviventes, consentimento e sexualidade positiva. Grupos de homens começaram a se organizar contra a violência sexual em algumas cenas radicais, como o coletivo Dealing With Our Shit (DWOS) fundado em Minneapolis em 2002. Uma grande virada ocorreu no Pointless Fest de 2004 na Filadélfia, onde organizadores de shows anunciaram publicamente que três mulheres foram estupradas no evento e coletivos foram estabelecidos para apoiar os sobreviventes e descobrir como lidar com os estupradores. Esses coletivos tornaram-se Philly's Pissed e Philly Stands Up, coletivos de longa data, separados mas colaborativos, dedicados, respectivamente, ao apoio aos sobreviventes e à intervenção do agressor.

Assédio, responsabilidade e consentimento tornaram-se tópicos em quase todas as conferências e reuniões anarquistas. Muitas distros começaram a divulgar zines sobre o assunto, bandas em turnê falaram sobre o assunto no palco e anarquistas em muitas outras cidades formaram grupos de apoio e responsabilidade. Os organizadores de mobilizações em massa começaram a desenvolver planos de resposta, culminando em uma infraestrutura de resposta à agressão sexual em grande escala na convergência anti-G20 em Pittsburgh em 2009.

Como estão as coisas hoje? Termos como “consentimento”, “denúncia”, “processo de responsabilização” e “perpetrador” são amplamente utilizados, a ponto de se tornarem alvo de piadas. Muitas pessoas foram chamadas por comportamento abusivo, e dezenas de processos de responsabilização estão em andamento em vários estágios. Uma política de identidade em torno dos rótulos “sobrevivente” e “perpetrador” emergiu, com cenas se polarizando em torno deles. Apesar dos esforços para alertar contra isso e incentivar todos os participantes nos processos de responsabilização a permanecer autocríticos, esses rótulos às vezes têm sido usados para alavancar o poder, dispensar ou negar legitimidade e apagar diferenças na experiência.

Philly Stands Up continua seu trabalho, sendo pago por faculdades para liderar treinamentos em seu modelo e funcionando como uma espécie de organização de vigilância de agressores sexuais semiformais, com pessoas de todo o país entrando em contato com eles para atualizações sobre diferentes processos em andamento. Eles trabalharam em rede com outros grupos que fazem o trabalho de justiça transformadora no Fórum Social dos EUA em Detroit e organizaram um treinamento de três dias para organizadores de responsabilidade comunitária em janeiro de 2011. Vários outros coletivos semelhantes foram tentados entre anarquistas em outras cidades, embora poucos tenham tido a longevidade ou proeminência do PSU. À medida que mais e mais comunicação intracena se move para a internet, uma série de sites (principalmente anarchistnews.org) se tornaram grandes centros de conversa fiada em torno da política de agressão e responsabilidade. Também surgiram sites com informações sobre indivíduos específicos que agrediram ou abusaram de outros.

A maioria das reuniões anarquistas agora emitem diretrizes sobre consentimento e resposta à agressão sexual, e frequentemente abordam a presença de pessoas envolvidas em processos de responsabilização.

Com base nas políticas desenvolvidas pelos organizadores da resposta à agressão sexual na mobilização anti-G20 de Pittsburgh em 2009, os organizadores das mobilizações anti-FMI de 2010 em Washington DC publicaram um anúncio afirmando “Nenhum perpetrador é bem-vindo”. Ele explicou que, em um esforço para tornar as demonstrações seguras para os sobreviventes, “pessoas que perpetraram no passado, pessoas fugindo de processos de responsabilização e pessoas que se recusam a respeitar as diretrizes de consentimento da Rede de Resistência do FMI” foram proibidas de todos os espaços de organização e eventos. Mais recentemente, os organizadores da Feira do Livro Anarquista de Toronto de 2012 ecoaram essa linguagem que baniu todos os perpetradores, mas acrescentaram:

Entendemos e respeitamos que as comunidades tenham se engajado em seus próprios processos em torno desses incidentes. Se você passou por um processo de responsabilização e o sobrevivente, junto com a comunidade, sente que você lidou suficientemente com a sua merda, esta declaração não inclui você.

Da mesma forma, os organizadores da Feira do Livro Anarquista de Nova York de 2012 proibiram:

Pessoas que perpetraram violência interpessoal, agressão e/ou assédio, a menos que estejam ativamente envolvidas em um processo de responsabilização e atualmente em conformidade com todos os termos e/ou demandas desse processo (de acordo com os facilitadores, o sobrevivente e/ou quem for designado para monitorar os acordos emergentes do processo).

Uma grande fonte de controvérsia tem sido o banimento preventivo de indivíduos que foram chamados por agressão sexual ou abuso em reuniões anarquistas. Nos últimos anos, os sobreviventes e seus apoiadores têm pedido cada vez mais que determinados indivíduos que tenham abusado sexualmente de outras pessoas sejam banidos dos próximos eventos. Os organizadores têm lutado para priorizar sobreviventes sem condenar as pessoas preventivamente

e para equilibrar transparência e privacidade e evitar a retraumatização. Uma confusão na Internet surgiu quando uma pessoa online postou um e-mail que havia recebido dos organizadores da Feira do Livro Anarquista de Nova York, pedindo que não comparessem sem especificar o motivo. Alguns interpretaram o e-mail como uma presunção autoritária e kafkiana de culpa por meio de boatos anônimos, enquanto outros o defenderam como um esforço para permanecer neutro enquanto tentavam garantir uma sensação de segurança para os outros participantes.

Enquanto as controvérsias persistem em torno de nossos métodos de resposta à agressão sexual, as normas em torno da sexualidade mudaram significativamente nas cenas anarquistas nos últimos anos. Os discursos de consentimento se expandiram, enquanto as informações sobre agressão, apoio ao sobrevivente e opções de responsabilização tornaram-se cada vez mais disponíveis. Isso mudou visivelmente a maneira como conduzimos os relacionamentos sexuais, nos relacionamos com nossos próprios corpos e respondemos aos sobreviventes. Em comparação com os anos anteriores, muitos anarquistas se tornaram mais conscientes da dinâmica do poder sexual e cada vez mais capacitados para comunicar limites e desejos.

No entanto, às vezes os abusadores em comunidades anarquistas “falam por falar” sobre consentimento e apoio enquanto fazem as mesmas merdas de sempre. Como é autore de “Is the Anarchist Man Our Comrade?” desafia:

Os processos de responsabilização muitas vezes fazem muito bem, mas às vezes eles apenas ensinam os homens a não parecerem abusivos quando nada mudou, exceto as palavras que saem de sua boca. Sobreviventes e amigos ficam se perguntando se o dito homem não é mais uma ameaça. Eventualmente, o problema desaparece da mente das pessoas, porque elas não querem parecer excessivamente reacionárias e não sabem que passos adicionais dar e o perpetrador é capaz de continuar em suas vidas sem muitas mudanças.

Como evitar que esses discursos sejam apropriados pelo sensível agressor sexual anarco-feminista? Parece que a disponibilidade de processos de responsabilidade da comunidade não mudou os padrões de comportamento para os quais foram desenvolvidos. O que não está funcionando aqui?

Dez armadilhas dos processos de responsabilidade da comunidade

Duas qualificações importantes: primeiro, essas são as armadilhas dos processos de responsabilidade da forma como são realmente praticados, da forma como os experimentamos. Algumas dessas armadilhas não são inerentes a esses processos, mas são simplesmente erros comumente cometidos por pessoas que os empreendem. Pode-se responder a muitas dessas críticas dizendo: “Bem, se as pessoas realmente aplicassem o modelo conforme pretendido, isso não aconteceria.”

Justo; mas para que qualquer modelo seja amplamente relevante e aplicável, ele deve ser robusto o suficiente para ser capaz de ter sucesso mesmo quando as condições não são as ideais, ou quando as pessoas não podem seguir o modelo perfeitamente. Portanto, tenha em mente que essas armadilhas não significam que nossos modelos de responsabilidade sejam fúteis ou condenados. Pelo contrário, porque investimos em descobrir como acabar com a agressão e o abuso, temos que ser inflexivelmente críticos ao examinar os esforços para fazer isso.

Em segundo lugar, as coisas que as pessoas frequentemente dizem para evitar a responsabilidade não devem ser confundidas com problemas com processos de responsabilização. Por exemplo: “Essas coisas nos distraem das verdadeiras questões revolucionárias; é divisivo e prejudica o movimento; responsabilizar as pessoas é manipulador/coercitivo/enfatizado demais/uma tomada

de poder” e assim por diante. Essas não são armadilhas dos processos de responsabilidade; esses são problemas do patriarcado e seus apologistas supostamente anarquistas.

Dito isso, aqui estão algumas das principais dificuldades que encontramos nos processos que desenvolvemos para responsabilizar uns aos outros por agressões e abusos sexuais em cenas anarquistas.

1) Não há uma noção clara de quando acabou ou o que constitui sucesso ou fracasso. Quando podemos dizer definitivamente que determinada pessoa “trabalhou em sua merda”? O que permitirá que um sobrevivente e seus apoiadores se sintam confortáveis com alguém continuando a participar de uma comunidade compartilhada? Quando as expectativas não são explícitas, as metas não são concretas ou o cronograma e os meios de avaliação não são claros, pode haver confusão e frustração para todos os envolvidos.

Isso geralmente acontece porque temos tão pouca experiência com modos alternativos de resolver conflitos e lidar com os danos que não sabemos o que procurar. Por exemplo, mesmo que uma pessoa tenha “prestado contas”, o sobrevivente pode ou não necessariamente se sentir melhor. Isso determina o sucesso ou o fracasso de um processo? Se alguém fez todas as coisas que lhe foram pedidas, mas os outros não têm certeza se as medidas tomadas foram eficazes, o que poderia confirmar que a mudança real ocorreu? Pode ou não ser realmente possível restaurar a confiança depois que o dano foi feito; caso contrário, este pode não ser o tipo certo de processo a empreender.

Da mesma forma, além de que ponto podemos concordar que alguém NÃO trabalhou em sua merda e não devemos nos preocupar mais em perder nosso tempo com isso? Alguns processos de responsabilização se arrastam por meses e anos, desviando a energia coletiva de outros fins mais gratificantes e úteis.

Um sexista teimoso pode azedar uma cena inteira em fazer esforços de boa fé para responsabilizar as pessoas – o que mostra como é importante saber quando terminar uma tentativa de processo antes que ela arraste todos com ela. Se vamos investir tanto tempo e energia nesses processos, precisamos encontrar uma forma de avaliar se vale a pena e quando admitir o fracasso. E isso requer determinar o que o fracasso significaria: por exemplo, expulsar alguém de uma cena, tentar outros modos de resposta ou admitir a um sobrevivente que não podemos cumprir suas exigências.

- 2) Os padrões de sucesso são irrealistas.** Por exemplo, a exigência comum de que alguém trabalhe em sua merda ou é muito vaga para ser significativa ou praticamente se traduz em uma profunda transformação psicológica além dos limites do que podemos alcançar. Como afirma o artigo “Pensando através da responsabilidade do perpetrador”:

A responsabilização do perpetrador não é um processo fácil ou curto... É necessário um compromisso vitalício para mudar comportamentos que estão profundamente enraizados; requer esforço e apoio consistentes. Ao falar sobre acompanhamento, devemos fazer agendas para semanas, mas também falar sobre o check-in depois de meses e anos. É necessário esse tipo de suporte duradouro para tornar possível uma transformação real.

Sejamos francos: se esperamos que as pessoas continuem envolvidas em um processo de responsabilização por algum canalha de quem nem gostam por anos, e esperamos que isso seja uma norma para um número crescente de processos para pessoas diferentes, que podem ou não ser cooperativa – não estamos estabelecendo um padrão realista.

Isso não quer dizer que o artigo esteja errado; a transformação dos padrões de comportamento patriarcal e abusivo é um processo que dura a vida toda. Mas é realmente uma surpresa que não consigamos sustentar esses processos difíceis e pouco

recompensadores que se estendem por tanto tempo, quando poucos anarquistas em nossa cena seguem compromissos de longo prazo até mesmo com nossas paixões mais fervorosas? O que podemos realisticamente nos comprometer a fazer?

3) **Não temos a capacidade coletiva de realizar muitas**

demandas. Podemos dizer que estamos comprometidos em atender às demandas dos sobreviventes, mas isso é apenas retórica vazia quando exige recursos que não temos. Conhecemos conselheiros feministas antiautoritários e programas de terapia adequados? Podemos pagar por eles quando a pessoa chamada não pode? Podemos impor nossos desejos a alguém que não é cooperativo – e como anarquistas, devemos? Que consequências podemos decretar que realmente importam? Em uma subcultura transitória, podemos realisticamente nos comprometer em acompanhar alguém por anos no futuro e estabelecer estruturas de apoio e responsabilidade que durem tanto tempo?

Uma frase comumente usada nas demandas dos sobreviventes e no discurso de apoio é “espaço seguro”, aquele lugar sempre evasivo em que os sobreviventes serão capazes de se sentir confortáveis e totalmente reintegrados à vida coletiva. O que significa segurança? É algo que podemos prometer? Lendo as políticas de recentes encontros anarquistas, parece que o principal método de garantir um espaço seguro envolve a exclusão de pessoas que prejudicaram outras. Mas segurança significa mais do que colocar em quarentena aqueles que a romperam para determinadas pessoas, uma vez que a cultura do estupro e o patriarcado se espalham por todas as nossas vidas – não são apenas o resultado de algumas maçãs podres. Embora a exclusão possa proteger os sobreviventes do estresse de dividir o espaço com pessoas que os prejudicaram e ajudar a proteger as pessoas em nossa comunidade de pessoas abusivas repetidamente, a exclusão fica dolorosamente aquém da segurança.

Na verdade, podemos contar com a proibição de outras pessoas dos espaços menos porque mantém as pessoas seguras do que porque é uma das únicas demandas relacionadas à segurança que podemos realmente cumprir.

No ensaio “Safety is an Illusion”, Angustia Celeste condena as “falsas promessas de espaço seguro”:

Não podemos fornecer espaço seguro aos sobreviventes; espaço seguro em um sentido geral, fora de amizades íntimas, alguma família e a afinidade ocasional, simplesmente não existe... não existe espaço seguro sob o patriarcado ou o capitalismo à luz de todos os sexistas, heteronormativos, racistas, dominação classista (etc.) sob a qual vivemos. Quanto mais tentamos e fingimos que a segurança pode existir no nível da comunidade, mais decepcionados e traídos nossos amigos e amantes ficarão quando vivenciarem a violência e não forem apoiados.

Como seria a segurança genuína para os sobreviventes e para todos nós? Existem outras estratégias nessa direção que podemos implementar além da exclusão e ostracismo?

- 4) Carecemos de habilidades em aconselhamento, mediação e resolução de conflitos.** Frequentemente, as demandas dos sobreviventes incluem encontrar um conselheiro ou mediador. Para ser eficaz, essa pessoa deve estar disposta a trabalhar de graça ou em uma escala móvel; mantenha políticas antiautoritárias e uma análise feminista consciente das sobreviventes; ter tempo e energia para assumir um papel ativo no trabalho com alguém por um longo período de tempo; e estar próximo o suficiente da comunidade para entender suas normas, sem se envolver diretamente com a situação. Quantas dessas pessoas existem? Quantos de nós temos habilidades básicas de escuta ativa, muito menos a capacidade de navegar por dinâmicas complexas de consentimento e agressão, condicionamento patriarcal, resolução de conflitos antiautoritários e

transformação psicológica? E para aqueles poucos que se encaixam no perfil, ou, pelo menos, se aproximam, quantos ainda não estão sobrecarregados?

Talvez seja culpa de todos por não priorizar coletivamente esses conjuntos de habilidades. Tudo bem, mas o que fazemos agora? E como podemos evitar a criação de uma divisão de trabalho onde pessoas com um determinado conjunto de habilidades ou jargão se tornam semelhantes às autoridades nas versões anarquistas dos processos judiciais?

5) Essa coisa deprime as pessoas e as consome. É um trabalho intenso e emocionalmente desgastante envolver-se na responsabilidade da comunidade, muitas vezes com pouca apreciação ou compensação. Pode ser exaustivo e pouco gratificante, principalmente quando os processos raramente conseguem manter uma comunidade intacta e, ao mesmo tempo, satisfazer todos os participantes. A gravidade do trabalho assusta as pessoas, e isso é compreensível.

Isso não quer dizer que devemos tentar tornar a responsabilidade da comunidade por agressão e abuso sexual divertida e despreocupada. Mas precisamos reconhecer que esta é uma barreira para que as pessoas se esforcem e permaneçam comprometidas com o envolvimento de longo prazo que afirmamos ser necessário para o sucesso. E esses problemas são ampliados quando contamos com habilidades e experiências que apenas algumas pessoas em nossos círculos têm.

6) Os processos de responsabilização consomem tempo e energia desproporcionais. Nenhum de nós se inscreveu na anarquia porque amamos participar de processos exaustivos e intermináveis para lidar com as formas estúpidas como as pessoas se machucam dentro de nossas bolhas subculturais.

Nós nos tornamos anarquistas porque odiamos policiais, porque amamos shows de punk, porque queremos um mundo mais livre e por um milhão de outras razões. Quando gastamos tanto tempo e energia tentando resolver conflitos internos e convencer sexistas intransigentes a assumir a responsabilidade por mudar seu comportamento, corremos o risco de nos isolar das paixões que nos uniram em primeiro lugar.

É fácil ficar desmoralizado com a política anarquista quando não podemos nem parar de agredir uns aos outros, muito menos destruir o estado e abolir o capitalismo. Não é que trabalhar para acabar com a agressão sexual e o patriarcado não seja revolucionário – pelo contrário! Mas se os processos de responsabilização particularmente frustrantes e malsucedidos vierem a ocupar muito de nossa energia coletiva, não é provável que permaneçamos engajados e traga novas pessoas para nossas lutas.

Não podemos varrer o assédio e o abuso para debaixo do tapete e silenciar os sobreviventes em nome da falsa unidade. Essa norma anterior perpetuou a opressão e nos tornou menos eficazes ao redor, fazendo com que os esforços de responsabilidade da comunidade surgissem em primeiro lugar. Temos que encontrar uma maneira de lidar com nosso comportamento abusivo que não consuma toda a nossa energia e nos desmoralize.

- 7) Os vínculos subculturais são fracos o suficiente para que as pessoas simplesmente desistam.** Tenha em mente que muitos dos modelos menos coercitivos de justiça restaurativa (ou transformativa) nos quais as estruturas de responsabilidade da comunidade se baseiam se originaram em sociedades indígenas de menor escala, com afinidades sociais e culturais mais fortes do que a maioria de nós nos Estados Unidos pode imaginar. A noção de que devemos tentar preservar a comunidade e permitir que pessoas que feriram outras permaneçam

integradas a ela se baseia na suposição de que todas as partes estão investidas o suficiente nesta “comunidade” para suportar o escrutínio e os sentimentos difíceis que acompanham a passagem por um processo de responsabilização. As afinidades que atraem as pessoas para as cenas punk e anarquista muitas vezes não são fortes o suficiente para manter as pessoas enraizadas quando se sentem ameaçadas pelo que são solicitadas a fazer. Pessoas que foram chamadas frequentemente simplesmente pegam e saem da cidade, às vezes até preventivamente antes de serem chamadas para prestar contas por seu comportamento de merda. Sem nos comunicarmos com redes sociais semelhantes no novo destino do agressor (o que acontece cada vez mais), não há muito que possamos fazer para evitar isso. Quando as consequências primárias que podemos exigir do descumprimento das exigências de responsabilidade envolvem formas de ostracismo e exclusão, as pessoas evitarão isso fugindo da cidade ou abandonando os estudos.

- 8) **As normas coletivas encorajam e desculpam o comportamento irresponsável.** Nossas escolhas individuais sempre ocorrem em um contexto social, e algumas das normas coletivas das cenas anarquistas facilitam, se não justificam diretamente, tipos de comportamento que muitas vezes levaram a cruzar limites.

Por exemplo, em muitas cenas anarquistas, uma cultura de intoxicação predomina e a maioria das reuniões sociais gira em torno do uso de álcool e drogas. Existem poucas salvaguardas quando as pessoas bebem ou usam em excesso e existem poucos espaços alternativos para quem quer parar ou reduzir o consumo de álcool ou o consumo sem perder a vida social. O humor e as normas de conversação reforçam a noção de que a embriaguez extrema é normal e engraçada, e

que as pessoas são menos responsáveis por suas ações quando estão bêbadas do que quando sóbrias. Fim de semana após fim de semana, criamos espaços altamente sexualizados com forte pressão para se embriagar, resultando em grupos de pessoas bêbadas ou drogadas demais para dar ou receber consentimento sólido. Então, como consequência do dano causado nessas situações, esperamos que os indivíduos lidem com as consequências de suas escolhas por conta própria, em vez de todos nós assumirmos a responsabilidade pelo contexto coletivo que normaliza seu comportamento.

Claro, nenhuma dessas dinâmicas justifica o abuso. Mas a agressão sexual ocorre em um contexto social e as comunidades podem assumir ou evitar a responsabilidade pelos tipos de comportamento que nossas normas sociais incentivam. O uso de álcool e drogas é apenas um exemplo de norma de grupo que justifica o comportamento irresponsável. Outras dinâmicas atreladas que as pessoas em busca de responsabilidade citaram como dificultadoras de seus esforços incluem a idolatria de celebridades da cena (pessoas em bandas populares, ativistas renomados, etc.); a noção de que as relações sexuais e românticas são “privadas” e não da conta de ninguém fora delas; e a crença de que grupos que enfrentam opressão sistemática não deveriam “lavar a roupa suja” da violência intracomunitária, uma vez que poderia ser usada para demonizá-los ainda mais.

Estamos dispostos a examinar e desafiar as normas de nosso grupo em um nível coletivo, para ver como elas promovem ou desencorajam o comportamento responsável? É possível responsabilizar coletivamente cenas inteiras pelo que toleramos ou desculpamos? Tentar responsabilizar um grupo inteiro de pessoas de alguma forma estruturada provavelmente multiplicaria todos os problemas que vivenciamos com processos de responsabilização orientados para uma única pessoa. No entanto, sem reconhecer e desafiar nossa responsabilidade coletiva, responsabilizar os indivíduos não será suficiente.

9) **O resíduo do sistema de justiça adversário mancha nossa aplicação de modelos de responsabilidade da comunidade.** Algumas das reações mais violentas contra os processos de responsabilização foram direcionadas à sua natureza pseudojudicial. Por um lado, pessoas que prejudicaram outras raramente têm a experiência de ser chamadas a responder por seu comportamento, exceto por meio de sistemas autoritários; as tentativas de fazê-lo frequentemente geram acusações de “caça às bruxas”, “autoritarismo” e comportamento semelhante ao de policial/juiz/ advogado/guarda de prisão. Militantes anti-estado costumam fazer reviravoltas milagrosas, tornando-se repentinamente extremamente interessados nas garantias de “justiça” do governo dos EUA: “O que aconteceu com o inocente até que se prove a culpa, cara? Eu não tenho um julgamento justo? Não posso me defender? Ouça minhas testemunhas de caráter!”. Por outro lado, as pessoas que buscaram a responsabilização receberam condicionamento semelhante para a resolução de conflitos adversários, então pode ser muito fácil cair nesse modo de enquadrar o processo – especialmente quando confrontado com um anarco-estuprador irritantemente teimoso. Alguns participantes usaram processos de responsabilização como uma forma de ameaçar as consequências ou alavancar o poder sobre os outros. Embora possa ser uma resposta compreensível à frustração e impotência muitas vezes sentidas após o abuso e a agressão, pode também minar as tentativas de buscar soluções não adversárias. Uma crítica contundente do fracasso dos processos de responsabilização anarquista em escapar da lógica do sistema legal vem em um comunicado explicando por que um grupo de mulheres enfrentou fisicamente um agressor sexual:

Fizemos o que precisava ser feito por pura necessidade. Como radicais, sabemos que o sistema legal está arraigado em besteiras – muitas leis e processos legais são racistas, classistas, heterossexistas e misóginos. Processos alternativos de responsabilização, muito parecidos com os tradicionais, muitas vezes forçam a sobrevivente a reviver o trauma da agressão e a obrigam a colocar sua reputação – um conceito problemático em si mesmo – em jogo como “prova” de sua credibilidade. Eles acabam sendo uma recriação ineficaz do processo judicial que deixa o perpetrador fora de perigo, enquanto a sobrevivente tem que viver a memória da agressão pelo resto de sua vida. O sistema legal dos Estados Unidos e os processos alternativos de responsabilização baseados na comunidade simplesmente não são bons o suficiente para os sobreviventes e certamente não são revolucionários.

10) A linguagem e os métodos de responsabilização por agressão sexual são usados em situações para as quais não foram concebidos. Um exemplo dessa aplicação incorreta envolve o uso generalizado do princípio de apoio ao sobrevivente da crise de estupro, especificando que os apoiadores devem “sempre acreditar no sobrevivente”. Isso faz todo o sentido em um ambiente de organização de crise de estupro, focado exclusivamente em fornecer suporte emocional e serviços a um indivíduo que passou por uma forma de trauma amplamente desacreditada, quando acreditar é fundamental para o processo de cura. Mas isso não faz sentido como base para a resolução de conflitos. Em ambientes de aconselhamento de crise de estupro, ou quando alguém se revela a você como um amigo de confiança em busca de apoio, o foco deve permanecer nas necessidades do sobrevivente. Mas a justiça transformadora envolve levar em consideração as necessidades e, portanto, as experiências e perspectivas de todas as partes envolvidas, incluindo a pessoa que agrediu.

Isso não significa que temos que descobrir quem está dizendo a verdade e quem está mentindo; esse é o resíduo do sistema adversário novamente. Nem significa que todas as perspecti-

vas são igualmente válidas e ninguém está certo ou errado. Isso significa que, para encorajar alguém a ser responsável, temos que estar dispostos a encontrá-lo onde ele estiver, o que significa aceitar que a experiência de uma pessoa pode variar significativamente da de outra. Ser responsável requer estar aberto à possibilidade de que alguém esteja errado ou, no mínimo, que outra pessoa possa vivenciar o mesmo evento de uma maneira dramaticamente diferente e dolorosa. Mas ter sobreviventes definindo a realidade operacional por inteiro não é adequado a esse modo de responsabilidade da comunidade.

Outro exemplo do uso excessivo/má aplicação do discurso de responsabilização por agressão sexual ocorre quando as pessoas chamam outras pessoas para processos de responsabilização por uma ampla gama de comportamentos que não são agressão sexual. Por exemplo, se alguém se sente zangado e magoado após o rompimento de um relacionamento não abusivo, pode ser tentador enquadrar suas queixas através da lente de chamar alguém e exigir responsabilidade. Pode assumir a forma de exigir que alguém seja banido de certos espaços, valendo-se da gravidade que isso exerce como demanda comum do processo de responsabilização. É compreensível que as pessoas que se sentem com raiva ou magoadas por uma série de razões possam querer o tipo de validação instantânea de seus sentimentos que pode vir (em alguns círculos) ao enquadrar a mágoa e a raiva de alguém como uma chamada exigindo “responsabilidade” - seja ou não que o processo e a linguagem façam sentido para a situação.

Isso é perigoso não apenas porque esses termos e táticas foram projetados para certos tipos de conflitos e não para outros, mas também porque seu uso excessivo pode trivializá-los e levar outros a tratar com desdém as situações muito graves de agressão e abuso para as quais foram desenvolvidos. É encorajador

que as questões de agressão e abuso sexual tenham entrado tão amplamente nos discursos das comunidades radicais. Mas devemos ter cuidado para evitar generalizar os métodos desenvolvidos para responder a um conjunto específico de conflitos e comportamentos opressivos para outras situações para as quais eles não foram destinados.

Em alguns casos, as pessoas frustradas com o comportamento problemático de alguém até se sentiram relutantes em denunciar a pessoa por medo de que essa pessoa fosse rotulada de “perpetrador” ou de outros presumindo que a forma ofensiva, mas branda, de comportamento não consensual foi agressão sexual e, portanto, a pessoa que se dirige a ela como um “sobrevivente”. Quando esse uso excessivo da linguagem de responsabilização de agressão sexual se harmoniza com a política de identidade em torno de sobrevivente/perpetrador e políticas como “não é permitido perpetrar”, esse esforço de promover a responsabilização pode desencorajar as pessoas a falar contra outras formas de comportamento ruim, por medo de alguém ser permanentemente manchado com o pincel do “criminoso” em vez de ter algumas conversas, se desculpar e ler um zine.

Novas direções e outras perguntas

Então, para onde vamos a partir daqui? A desilusão generalizada com os processos de responsabilização sugere que chegamos a um impasse. Estamos propondo quatro caminhos possíveis a ser explorados – não como soluções para essas armadilhas, mas como direções para experimentar para ver se eles podem levar a algo novo.

Direção 1: Vigilantismo Liderado por Sobrevivente

“Eu queria vingança. Eu queria fazer com que ele se sentisse tão fora de controle, assustado e vulnerável quanto eu me senti. Não há segurança realmente após uma agressão sexual, mas pode haver consequências.”

-Angustia Celeste, “Safety is an Illusion: Reflections on Accountability”

Dois casos em que homens anarquistas proeminentes foram confrontados e atacados por grupos de mulheres em Nova York e Santa Cruz agitaram os círculos anarquistas em 2010. Os debates que se desenrolaram em nossas cenas em resposta às ações revelaram um sentimento generalizado de frustração com os métodos existentes de abordar a agressão sexual em cenas anarquistas. O confronto físico não é uma estratégia nova; foi uma das maneiras pelas quais os sobreviventes responderam a seus abusadores antes que o discurso da responsabilidade da comunidade se generalizasse nos círculos anarquistas. Conforme as estratégias de responsabilização se desenvolveram, muitos rejeitaram o confronto físico porque não funcionou para impedir o estupro ou manter as pessoas seguras. A tendência de vigilantismo liderado por sobreviventes, acompanhada por comunicados criticando os modelos de processos de responsabilização, reflete a impotência e o desespero sentido pelos sobreviventes, que estão em busca de alternativas em face da futilidade das outras opções disponíveis.

No entanto, o vigilantismo liderado por sobreviventes pode ser uma resposta válida à agressão sexual, independentemente da existência de alternativas. Não é preciso se sentir impotente ou sentir a futilidade de outras opções para tomar uma ação física decisiva contra o agressor. Essa abordagem oferece várias vantagens. Por um lado, em total contraste com muitos processos de responsabilidade, ele define objetivos realistas e os atinge. Pode parecer mais fortalecedor e gratificante do que um processo longo, frequentemente desencadeante e excessivamente abstrato. As mulheres podem usar confrontos para construir poder coletivo em direção a outras ações antipatriarcais combinadas. O confronto físico envia uma mensagem inequívoca de que a agressão sexual é inaceitável. Se a violência sexual imprime o patriarcado nos corpos das mulheres, a vingança incorpora a resistência feminina. Acima de tudo, não é intermediado; como é autor do artigo “Notes on Survivor Autonomy and Violence” escreveu:

Uma crítica comum aos processos de responsabilização de todas as variedades é sua tendência a espelhar algum tipo de sistema judicial – mediação estruturada para a reabilitação ou punição de um tipo ou outro. Embora um resultado ditado pelo sobrevivente certamente não seja semelhante a um ditado pelo estado, o processo permanece uma mediação. Por outro lado, afastar-se desse judiciário é rejeitar a mediação, resquício da ideia de que nossas interações devem ser de alguma forma orientadas por terceiros, mesmos terceiros que escolhemos. Para tanto, o ataque ao esturpador é direto, exatamente o que qualquer sistema judicial proíbe; a linha entre o desejo e a ação é apagada.

É claro que também há muitas desvantagens no vigilantismo. Escolher agravar a situação traz sérios riscos, tanto legais quanto físicos. É mais provável que os policiais apresentem acusações por agressão física em grupo contra um homem do que por uma “alegada” agressão sexual. E, como os defensores das mulheres espancadas sabem, a violência praticada pelo parceiro tem uma possibilidade muito real de se tornar mortal; mais mulheres são

mortas por seus parceiros do que por qualquer outro tipo de agressor. Além dos riscos imediatos, você não pode bater em um relacionamento social, como se costuma dizer; estrangular um lixo individual não faz muito para tornar ninguém mais seguro ou acabar com a cultura do estupro sistemático, por mais satisfatório que possa parecer para um sobrevivente vingado. Conforme mencionado acima, o desejo de abordar as raízes da cultura do estupro ao responder a agressões individuais ajudou a dar origem a esforços de responsabilização da comunidade em primeiro lugar.

Há também um legado de vigilantismo não responsabilizado por sobreviventes, um tipo de violência masculina que foi amplamente identificada por sobreviventes e mulheres anarquistas como sendo mais sobre viagens do ego masculino do que promoção de cura e segurança. Uma crítica a esse fenômeno vem de “Supporting a Survivor of Sexual Assault”, uma zine voltada para aliados de sobreviventes do sexo masculino, em sua discussão sobre o princípio “Fim da Violência”:

Chutar a bunda de um estuprador vai fazer com que o estupro não tenha acontecido? A dor dele fará a do sobrevivente ir embora? O sobrevivente precisa tentar acalmar outro homem violento e fora de controle? Provavelmente não. Como os homens não trans cometem a esmagadora maioria (alguns dizem mais de 99%) das agressões sexuais, os homens que apoiam uma sobrevivente precisam estar especialmente conscientes do impacto da violência masculina. É a violência masculina que causa o estupro, não o que o põe fim. Suas ações devem ser aquelas para acabar com a violência masculina. Não podemos falar pelas respostas que sobreviventes, mulheres em particular, podem dar ao estupro. Se as mulheres, como a maioria das sobreviventes, decidirem responder coletivamente de uma forma que envolva violência ou pedindo aos apoiadores do sexo masculino que participem da violência, isso é algo para mulheres e sobreviventes resolverem por si mesmas. Para os homens que estão apoiando um sobrevivente, no entanto, é absolutamente essencial que você coloque de lado seus desejos de retribuição masculina e interrompa o ciclo de violência masculina... Não é sua responsabilidade, ou direito, vir no estilo vigilante e levar o assunto para suas próprias mãos.

Essa crítica influenciou a decisão de grupos como o DWOS em Minneapolis de adotar a “não-violência” como princípio. Observe, entretanto, que essa crítica intencionalmente não se aplica ao vigilantismo liderado por sobreviventes, mas a respostas inexplicáveis de não sobreviventes.

Apologistas de homens anarquistas atacados por grupos liderados por sobreviventes afirmam que o vigilantismo é autoritário: “A responsabilização não pode ser uma via de mão única ou então se torna um sinônimo de poder punitivo e policial”. Mas, como os comunicados dos sobreviventes deixam claro, o vigilantismo não é uma forma de “responsabilidade”, pelo menos não a responsabilidade da comunidade com base na justiça transformadora como é geralmente concebida nos círculos anarquistas; é uma rejeição explícita dele. Não é um processo pseudojudicial; ela recusa os métodos de resolução de conflitos baseados no estado e não-estatais em favor de uma resposta direta e não mediada ao dano. Quer acreditemos ou não que seja apropriado, não deve ser confundido com uma forma de responsabilidade que deu errado. Pelo contrário, é uma resposta intencional à falha percebida dos métodos de responsabilização.

Enquanto nossas práticas em torno da responsabilização por agressão e abuso sexual não atenderem com sucesso às necessidades das pessoas, o vigilantismo continuará, desafiando os defensores anarquistas da justiça transformadora para tornar seus ideais uma realidade. Devemos tentar desenvolver respostas de responsabilidade suficientemente eficazes para que o vigilantismo não seja necessário? Ou devemos desenvolver e ampliar nossas práticas de confronto físico liderado por sobreviventes?

Direção 2: Prevenção por meio da organização baseada em gênero

É um ponto óbvio, mas vale a pena ressaltar: em vez de gastar toda essa energia tentando descobrir como apoiar as pessoas que foram atacadas e responder àqueles que atacam, não faria mais sentido se concentrar em prevenir todo esse ataque em o primeiro lugar? Mais fácil falar do que fazer, claro. Mas, até agora, discutimos apenas respostas reativas e posteriores a formas de dano que presumimos que continuarão, mesmo quando descobrimos maneiras melhores de reagir.

Para usar a linguagem do “centro de crise de estupro sem fins lucrativos”, responder a agressões e trabalhar com agressores por meio de processos de responsabilização é objeto de intervenção ou prevenção terciária. A prevenção primária envolve a prevenção de agressões e abusos pela primeira vez por meio da educação e pela mudança das normas sociais, culturais e institucionais, enquanto a prevenção secundária envolve a identificação de fatores de risco associados a agressões e abusos e a intervenção para evitar que aumentem. Portanto, não devemos necessariamente considerar as respostas como falhas nos processos de responsabilização se as agressões sexuais continuarem nas comunidades anarquistas. Em vez disso, devemos ampliar os tipos de trabalho preventivo que estamos fazendo ao lado deles. O que podemos fazer para impedir que tudo isso aconteça em primeiro lugar?

Fora dos círculos anarquistas, o trabalho de prevenção em torno da violência de gênero geralmente se concentra na educação: para as mulheres, em torno da autodefesa e redução de danos; para os homens, em torno do combate aos mitos do estupro e da responsabilidade pelo fim da violência masculina; e para todos, habilidades saudáveis de comunicação e relacionamento. Nos círculos anarquistas, algumas mulheres se mobilizaram em torno do

compartilhamento de habilidades de autodefesa, e grande parte da educação popular (principalmente liderada e conduzida por mulheres) ocorreu em torno do consentimento, comunicação com parceiros e sexualidade positiva. Como observado acima, embora isso tenha mudado visivelmente os discursos sexuais usados pelos anarquistas, precisamos de um envolvimento mais amplo com a opressão de gênero para quebrar padrões arraigados.

Um caminho para essa transformação mais profunda veio por meio de coletivos baseados em gênero, especificamente grupos de homens com foco na mudança de atitudes em relação à sexualidade e consentimento entre os homens. No entanto, com algumas exceções, como DWOS em Minneapolis, o Philly Dudes Collective e o Social Detox zine, não tem havido muita presença visível nos últimos anos de organizações masculinas anti-sexistas entre os anarquistas. Anteriormente, em certas cenas, grupos de homens anti-sexistas aliaram-se à organização autônoma de mulheres. Essas formações estão atualmente fora de moda por uma série de razões, incluindo reação antifeminista, uma certa compreensão da política trans e queer que rotula toda organização baseada em gênero como essencialista e problemática, e a absorção de tantos militantes anti-patriarcados comprometidos de muitos gêneros em resposta à agressão sexual e trabalho de responsabilização. A formação de grupos masculinos anti-sexistas para trabalhar na prevenção de agressões e abusos em conjunto com a organização autônoma de mulheres pode ser frutífera como outra direção para experimentar?

Essa abordagem pode oferecer várias vantagens. Criar estruturas para dismantelar o patriarcado, a autotransformação pode reduzir comportamentos problemáticos entre os participantes, ao mesmo tempo que fornece uma infraestrutura para respostas de responsabilização quando pessoas prejudicam outras pessoas. Os grupos de homens preexistentes permitem que as pessoas assumam a responsabilidade pela autoeducação e ação contra o patriarcado que

não precisa ser contingente a um rótulo de “perpetrador” ou “demandas”. E as pessoas podem ser encaminhadas a grupos para uma ampla gama de comportamentos que podem não causar estranheza por si próprios, mas podem ser sinais de alerta de padrões patriarcais subjacentes, para que outros possam intervir antes que esses padrões se manifestem de maneiras mais prejudiciais (ou seja, prevenção secundária). Pela primeira vez, teríamos um lugar para oferecer às pessoas que, seja por compulsão da comunidade ou automotivação, querem “trabalhar em suas merdas”.

Mas, além de apenas lidar com comportamentos problemáticos, os grupos de homens oferecem espaço para a construção de relacionamentos mais profundos, aprendizado, esclarecimento político, intimidade emocional e até diversão. Isso deve fornecer um incentivo para que as pessoas se envolvam e permaneçam engajadas, uma vez que não se concentra apenas no trabalho de responsabilização do modo de crise debilitantemente intenso. Os tipos de estudo, reflexão e construção de relacionamento que ocorrem nesses grupos podem fortalecer o que outras pessoas de organizações radicais estão fazendo nas cenas anarquistas, deixando-nos com mais opções, habilidades e pessoas capazes de responder em situações de crise. E, ao contrário de muitas estratégias de responsabilidade comunitária com foco interno, os grupos de homens podem interagir com indivíduos e grupos não anarquistas para espalhar mensagens e práticas anti-patriarcais enquanto aprendem com outras organizações feministas, tornando nossos esforços relevantes para lutas sociais mais amplas contra a violência de gênero e o patriarcado.

Mas espere... e toda essa coisa de gênero? Em meio à política de gênero atual nas cenas anarquistas norte-americanas, é comum ver qualquer organização específica de gênero como suspeita. Isso não é apenas um resquício de políticas de identidades cansadas, vestígios de “culpa esquerdista”, essencialismo antiquado e práticas suspeitamente autoritárias? Não queremos destruir o

binário de gênero, a verdadeira raiz do patriarcado e da opressão de gênero? E a organização com base no gênero (ou gênero atribuído ou qualquer outra coisa) apenas reforça a estrutura patriarcal e transfóbica que estamos tentando destruir?

Certamente, há questões difíceis de abordar para determinar quem “conta” como um homem, se baseamos nosso entendimento na autoidentificação ou reconhecimento social ou atribuição de nascimento, onde diferentes pessoas trans e sexistas se encaixam, e descobrir quem foi “socializado” como. E acabar com a hierarquia e a alienação em todas as suas formas exigirá estratégias mais libertadoras do que políticas de identidade. Mas sejamos realistas: padrões distintos de comportamento opressor e poder ainda se enquadram de forma bastante previsível nas linhas de gênero. Se a organização baseada em gênero pode ajudar a desalojar esses padrões, talvez devamos abraçar essa contradição e fazer o nosso melhor para nos envolver com ela em toda a sua complicada complexidade.

Além da questão da organização baseada em gênero em princípio, há outros problemas possíveis com essa abordagem. Sem subscrever a noção de que existem “bons” homens anarquistas que não são os agressores sexuais com os quais precisamos nos preocupar, podemos reconhecer que as pessoas que podem se beneficiar mais examinando seu comportamento sexista provavelmente serão as menos inclinadas a participar. Além disso, participar de um grupo formal de homens pode ser uma forma de os sexistas ganharem legitimidade, desviando a atenção de seu comportamento de baixa qualidade ao agitar seus cartões de aliado feminista para as pessoas que os denunciam. E se o foco na organização baseada em gênero privilegiar os grupos de homens, sobre mulheres autônomas e/ou organizações trans, isso poderia estabilizar em vez de desafiar as relações de poder patriarcal em uma cena.

Direção 3: não responsabilidade, mas resolução de conflitos

Nossas lutas por responsabilidade são prejudicadas porque temos tão poucos modelos, métodos ou habilidades para resolver conflitos entre nós. Embora seja admirável que colocamos tanta energia em descobrir estratégias para responder a agressões e abusos, existem inúmeros outros tipos de conflito e comportamentos problemáticos que também precisamos de ferramentas para resolver – e, como vimos, a agressão sexual – metodologias de responsabilidades específicas não são apropriadas em situações diferentes. E se priorizássemos a construção de nossas habilidades de resolução de conflitos e mediação?

Claro, existem questões específicas relevantes para a agressão e abuso sexual, e elas não devem ser ofuscadas em um foco geral na resolução de conflitos. Mas se houver precedente, linguagem e habilidades definidas para lidar com uma ampla gama de conflitos e danos, e ser convidado a participar de um processo de resolução de conflito se tornar comum e menos ameaçador, talvez possamos responder menos defensivamente quando aprendermos que nossas ações feriram outras pessoas. Em vez de estender a política de identidade de sobrevivente e perpetrador, poderíamos criar uma linguagem com mais nuances que não idealiza nem demoniza as pessoas, mas pede a todos nós para permanecermos envolvidos em processos de autotransformação ao longo da vida. Isso requer empatia para com as pessoas que fizeram mal, para criar espaço para que reconheçam seus comportamentos e se curem.

Quais são as vantagens de enquadrar os processos de responsabilização por agressão sexual com uma ênfase mais ampla na resolução de conflitos? Não haveria necessidade de uma hierarquia de definição ou teste decisivo para determinar o que “conta” como agressão ou abuso grave. Ao estabelecer um precedente

de engajamento coletivo com conflitos menos intenso, ganharíamos uma experiência valiosa para nos servir em situações de crise. Enquadrar a resolução de conflitos como uma responsabilidade coletiva poderia prevenir o surgimento de uma classe especializada de pessoas que sempre facilitam esses processos e tornar mais fácil encontrar apoiadores com distância suficiente de uma situação para ser capaz de mediar de forma neutra.

Um ponto de advertência precisa ser feito muito claramente: a mediação não é apropriada para muitos casos de abuso de parceiro. O artigo “Thinking Through Perpetrator Accountability” apresenta:

A mediação não deve ser usada como um substituto para um processo de responsabilização. A mediação é para duas pessoas com um conflito que precisa ser resolvido; o abuso não é mútuo. O abuso não é simplesmente sobre duas pessoas precisando vir à mesa para resolver as coisas. Os mediadores podem certamente ser úteis para ajudar a facilitar algumas das negociações concretas dentro de um processo de responsabilização, mas por favor não sugira uma sessão com um mediador como uma opção em vez de um compromisso de longo prazo com um processo de responsabilização.

Os conselheiros para sobreviventes de violência doméstica aprendem que o “aconselhamento de casais” não deve ser realizado em uma situação clara de abuso de parceiro, porque os abusadores geralmente manipularão o processo, deixando a dinâmica abusiva e desigual subjacente ao relacionamento sem solução. É importante ter isso em mente para que uma mudança para uma estrutura de resolução de conflitos não seja aplicada a situações de relacionamentos abusivos.

E quanto a outras desvantagens? Bem, ainda há o problema de responder aos problemas existentes prescrevendo soluções que exigem habilidades ou recursos que não temos. O que podemos fazer enquanto isso, enquanto empreendemos o trabalho de longo prazo de aprender como resolver nossos conflitos? Os sobreviventes podem se sentir frustrados ao ver agressões e abusos agrupados com conflitos menos intensos ou politicamente significativos,

minimizando os danos que sofreram. Pedir aos sobreviventes que usem uma linguagem menos contundente ao se dirigirem aos perpetradores pode reforçar as mensagens dos sobreviventes de acusação de que estão exagerando, de que a agressão sexual não é uma questão significativa que valha a pena ser enfatizada. Além disso, “especialistas” homens em resolução de conflitos podem sequestrar o trabalho de apoio às sobreviventes e desviar seu foco feminista. Devemos reconhecer o contexto específico da agressão e abuso sexual, honrar a dor e a raiva dos sobreviventes e responder pelo poder opressor, ao mesmo tempo que ampliamos a gama de conflitos que podemos enfrentar.

Direção 4: Círculos Concêntricos de Afinidade

“Não existe responsabilidade dentro das comunidades radicais porque não existe comunidade – não quando se trata de agressão e abuso sexual. Faça uma pesquisa honesta algum dia e você descobrirá que não concordamos. Não há consenso. Comunidade, neste contexto, é um termo mítico, frequentemente invocado e muito mal utilizado. Eu não quero mais investir nisso.”

— Angustia Celeste “Safety is an Illusion:
Reflections on Accountability”

No centro de todas essas questões está um problema não resolvido: o que é “comunidade”? Estamos juntos como anarquistas? Como punks? Como pessoas em uma determinada cena local? Porque estamos no mesmo protesto, show ou mobilização em massa? Escolhemos estar nele, ou estamos nele, gostemos ou não, independentemente de como nos identificamos? E quem decide tudo isso? Você não pode ter responsabilidade da comunidade sem comunidade. Todo o arcabouço da justiça transformadora desmorona sem algum sentido coerente do que significa comunidade. Mas, infelizmente, ninguém parece ser capaz de responder a essa pergunta em nosso meio. E sem uma resposta, nós nos encontramos batendo nossas cabeças contra a parede repetidamente,

quando um agressor nojento simplesmente foge da cidade ou sai de cena após ser chamado, ou quando alguém exerce poder suficiente em uma cena para ultrapassar os limites de comunidade para excluir sobreviventes e aliados. Esta não é uma questão abstrata: é fundamental para o que fazemos e como o poder opera em nossas cenas.

A comunidade se concretiza por meio de instituições específicas, como os sites, encontros, centros sociais e casas coletivas que compõem a cena anarquista norte-americana. Embora ninguém esteja ligando para quem é de dentro ou fora (exceto possivelmente o FBI), e muitos de nós discutamos sobre quem é considerado um anarquista de verdade, aqueles de nós que se movem por esses espaços têm a sensação de fazer parte de algo. Juntamos esse sentido por meio de práticas compartilhadas que nos marcam como companheiros: modificação de roupas e corpo, peculiaridades de alimentação e higiene, conversas com linguagem especializada e pontos de referência.

Mas ser parte de um “meio” anarquista é uma base suficiente para o tipo de comunidade exigida por essas estratégias de responsabilização? Podemos aplicar esses modelos de forma realista às nossas associações difusas, fragmentadas e principalmente não estruturadas de desajustados?

À medida que avançamos em nossas vidas navegando em conexões com amigos, vizinhos e camaradas, não somos apenas parte de uma única comunidade unitária, ou mesmo uma teia de várias comunidades. Em vez disso, nossos relacionamentos com outras pessoas assumem a forma de círculos concêntricos de afinidade. Destes, podemos traçar um modelo provisório para imaginar como aplicar modelos de responsabilidade da comunidade a cenas anarquistas.

Uma das principais falhas em nossa noção de comunidade anarquista reside em sua natureza como implícita e assumida, em vez de explícita e articulada. Não costumamos declarar diretamente

nossos compromissos e expectativas com relação às outras pessoas com quem compartilhamos vários tipos de “comunidade”, exceto em projetos ou coletivos específicos; por exemplo, morando juntos, os colegas de casa concordam em pagar as contas em dia, lavar a louça e respeitar o espaço uns dos outros. E se estendêssemos esse grau de intenção explícita a todos os nossos relacionamentos de afinidade? Impossível: devemos sentar com todos os anarquistas na América do Norte – ou mesmo apenas em nossa cidade – e definir padrões explícitos de como nos relacionamos e o que esperamos uns dos outros?

Não, claro que não... e esse é exatamente o ponto. Não podemos fazer isso, então temos que descobrir como determinar coletivamente essas coisas dentro das diferentes redes de relacionamentos em nossas vidas. Em vez de presumir uma “comunidade” e tentar responsabilizar as pessoas com base nessa ficção, devemos definir nossas expectativas e compromissos com os outros em nossos vários círculos de afinidade e usá-los como base para nossas respostas a conflitos e danos.

Por exemplo, digamos que, como meu círculo concêntrico mais interno, tenho meu grupo de afinidade. Estas são as pessoas em que mais confio, com quem corro riscos e por quem farei o que for preciso. Eu estaria disposto a dar a essas pessoas o benefício da dúvida para resolver conflitos e lidar com os danos muito mais do que qualquer outra pessoa. Sob esse modelo, eu me sentaria com meu grupo de afinidade e discutiria preventivamente como lidar com os conflitos entre eles quando eles surgissem, desde os mais pequenos até os mais sérios e formas de dano. Pense nisso como uma espécie de acordo pré-nupcial para amigos e camaradas, cobrindo as bases caso as coisas dêem errado. Dessa forma, tenho uma noção clara de como responder quando um membro da minha equipe me faz mal e uma base compartilhada de confiança para trabalhar com eles em um processo de transformação

potencialmente de longo prazo. Embora eu não estenda essa confiança para a maioria das pessoas, dentro deste grupo compartilhamos uma afinidade profunda e explícita, então estarei aberto a críticas, clamores e transformação com a confiança de que meus companheiros também estarão. Outros exemplos desse círculo íntimo de afinidade podem ser famílias (nascidas ou escolhidas), casas e projetos de terras, vários tipos de coletivos ou grupos de amigos unidos.

O próximo círculo externo pode ser um espaço comunitário compartilhado, como um infoshop ou centro social. É um grupo bastante consistente de pessoas, algumas das quais estou mais próximo do que outras, mas também um espaço aberto, então podem vir pessoas que eu não conheço. Uma vez que não é um grupo totalmente fixo e nem todas as pessoas podem ou fariam acordos diretos entre si, pode haver acordos coletivos em torno de respeito, consentimento, anti-opressão, uso de recursos e assim por diante. Eles não precisam ser autoritários; podem ser determinados coletivamente, revisados a qualquer momento com o consentimento dos mais afetados, e ninguém é obrigado a cumpri-los; quem não pode optar por não participar do espaço. Como resultado, eu estaria disposto a continuar tentando responsabilizar alguém, na medida em que desejassem continuar a participar no espaço. Uma vez que o que define nossa “comunidade” – os termos de nossa afinidade uns com os outros – é nossa experiência compartilhada de participação no espaço, então, se um de nós deixar de participar dele, não estaremos mais em comunidade uns com os outros, portanto não deve esperar ser responsabilizado ou responsabilizar os outros por isso. E, conseqüentemente, se alguém violar ou se recusar a cumprir os padrões coletivos, existe um procedimento em vigor pelo qual alguém pode ser responsabilizado por suas ações; e se recusarem, outros podem excluí-los do espaço em sua consciência. Outros exemplos desse segundo círculo de afinidade podem incluir eventos específicos, projetos de organização maiores e pessoas que se encontram vagamente em espaços sociais compartilhados.

Esta estrutura de círculos concêntricos de afinidade nos ajuda a imaginar onde podemos melhor aplicar as práticas de responsabilidade com as quais temos experimentado nos últimos anos entre os anarquistas. À medida que os círculos se movem para mobilizações em massa, “anarquistas”, “punks” e nossa “comunidade” radical mais ampla, é mais difícil imaginar como poderíamos definir concretamente a comunidade e navegar pela responsabilidade dentro dela. Não há razão para esperar que alguém seja “responsável” por nós com base em qualquer abstração que afirmamos compartilhar com eles. Sem uma base concreta, nossa “comunidade” não tem cenoura nem vara; não podemos recompensar as pessoas por seguirem nossas demandas e não podemos coagi-las a fazê-lo. Portanto, se alguma pessoa aleatória que é supostamente um anarquista agri-de alguém sexualmente, pode não ser realista abordar nossa resposta à situação em termos de responsabilidade da comunidade.

Então o que vamos fazer? Ligar para a polícia, espancá-los, expulsá-los de todas as instituições controladas por pessoas com quem temos afinidade? E como lidamos com o problema recorrente de pessoas que saem de uma cena apenas para retomar o comportamento abusivo em outra? Não temos respostas claras. Mas temos que começar a ter discussões em todos os círculos de afinidade sobre nossos termos de engajamento e como lidar com danos e resolver conflitos, antes que estejamos em crise e forçados a descobrir isso enquanto avançamos. Até que tenhamos feito isso completamente em cada coletivo, espaço, grupo social e outra formação anarquista, não podemos realisticamente aspirar a responsabilidade formal da comunidade como uma estratégia para lidar com nossas merdas.

Formar grupos de afinidade é uma parte crucial da organização anarquista. Pode ser tão simples como reunir uma equipe de amigos para fazer uma ação, ou tão formal e estruturado quanto você pode imaginar. Crucialmente, ele preserva o princípio básico da associação voluntária no cerne da anarquia, a ideia de que podemos

fazer o que quisermos com quem quisermos, sem coerção ou burocracia. Este processo simples formou o núcleo de nossas ações em demonstrações e mobilizações, mas talvez possamos usá-lo para conceituar toda a nossa comunidade e meio anarquista. Se pudermos criar laços mais fortes uns com os outros e entender nossas afinidades de forma mais concreta, talvez tenhamos a base para tornar a responsabilidade da comunidade algo mais do que um sonho vago e controverso.

Esperamos que este ensaio contribua para a autorreflexão entre os anarquistas sobre onde realmente estão nossas afinidades. Talvez possamos resolver muitas das armadilhas de nossos experimentos com processos de responsabilização até agora, tornando nossas expectativas e compromissos mútuos o mais explícitos possível. Também podemos considerar a extensão do vigilantismo liderado por sobreviventes, perseguindo grupos de homens anti-sexistas e organização baseada em gênero para minar a cultura do estupro ou ampliando nosso foco na resolução de conflitos e mediação. Quaisquer que sejam os caminhos que escolhermos, nós anarquistas devemos continuar tentando tudo o que pudermos para quebrar esse impasse em torno de abusos e agressões em nossas cenas. Nossa libertação depende disso.

Além da vingança e Reconciliação: Demolindo o Espantalho (A)legal

Este artigo apresenta conclusões tiradas de preocupações sobre justiça transformativa e retributiva (por exemplo, processos de responsabilização e atos de vingança, respectivamente), expressas nos artigos anteriores e em outros lugares. Exige uma abordagem crítica e flexível para lidar com os abusos de poder e dominação em nossas comunidades, de modo a ser o mais eficaz possível no combate a essas hierarquias. Isso sugere que precisamos de processos responsáveis, ‘processos de responsabilização’ próprios, e quaisquer outros métodos que usamos, sempre que possível, têm salvaguardas contra seu abuso e impedem a colonização de uma nova moralidade. Por fim, argumenta que devemos desenvolver uma série de ferramentas para lidar com esses problemas, tanto de natureza responsiva quanto preventiva. Uma série de ideias específicas são propostas no final do artigo.

Lidando com nossos dogmas

Justiça Retributiva

O poder da justiça transformativa deriva em parte de sua oposição fundamental à justiça retributiva. A justiça retributiva envolve simplesmente responder a uma transgressão com algum tipo de dano e pode incluir qualquer coisa, desde pena de morte, prisões e serviço comunitário; campanhas de vigilantes por milícias civis (ou seja, grupos sociais dominantes trabalhando para complementar a justiça do estado); ou ação liderada por sobreviventes com o objetivo de ferir, envergonhar ou de outra forma penalizar um agressor (por exemplo, negar-lhe privilégios ou exigir que cumpra certos deveres).

Apesar de suas encarnações variadas, falar em retribuição frequentemente provoca reações hostis em círculos ativistas.

Seu status de arma mais dura do estado contra sua população doméstica (embora agora tenha acrescentado justiça restaurativa a seu arsenal) levou à rejeição de todas as formas de retaliação, um sentimento expresso em particular por aqueles com tendências liberais que são incapazes de imaginar o poder de exigir vingança potencialmente violenta nas mãos dos oprimidos, ou considerar isso tão opressor quanto a própria transgressão. Como os comunicados neste zine e nossas próprias histórias anarquistas mostram, no entanto, sempre haverá grupos e indivíduos que respondem à sua opressão com ação em vez de diálogo.

Frequentemente, subjacente à rejeição da retribuição está a suposição de que a violência nunca pode ser justificada – embora a vingança possa não assumir necessariamente uma forma violenta. A retaliação liderada por sobreviventes que subverte a ordem social foi combinada com “justiça” dispensada pelo Estado e vigilantismo por grupos reacionários que buscam preservar o status quo. A rejeição também está, sem dúvida, no papel que algumas ONGs têm desempenhado na defesa da justiça transformativa e restaurativa em vez da ação direta dos sobreviventes. Isso sem dúvida se deve em parte às manifestações imprevisíveis, potencialmente ilegais e profundamente pessoais de vingança, e que esse conhecimento não é facilmente transmitido por meio de dramatizações e slides em PowerPoint. Como tal, é menos receptivo a dogmas. Apesar de suas boas motivações, infelizmente, muitas vezes acontece que quando as organizações financiadas assumem a responsabilidade de oferecer treinamento sobre resistência, privilégio, consenso, responsabilidade e assim por diante, certos princípios tendem a se tornar o evangelho na ausência de uma forte análise crítica embutido no conteúdo do treinamento. Muitas críticas da ação retributiva são, portanto, ataques a espantalhos e crivadas de suposições liberais não questionadas.

Por outro lado, como acontece com as abordagens transformativas, a retribuição tem um forte potencial subversivo. A ação violenta de grupos oprimidos tem precedentes históricos para criar mudanças críticas em suas condições. Seus aspectos catárticos e libertadores foram articulados poderosamente pelo anti-imperialista e psicanalista Frantz Fanon, que o viu como uma realização e afirmação do poder coletivo dos oprimidos. Os ataques de vingança e assassinatos realizados por anarquistas do século 19 e início do século 20 ajudaram a manter o anarquismo vivo em uma época de repressão severa e inspirou outros camaradas a encontrar coragem. Mulheres em relacionamentos abusivos podem se fortalecer ao ver outras mulheres agindo coletivamente para expulsar um estuprador de seu centro social, enquanto algumas pessoas podem ser forçadas a refletir sobre seu próprio comportamento problemático quando a expressão de descontentamento coletivo e as consequências indesejáveis são difíceis de ignorar. A imprevisibilidade da vingança liderada pelo sobrevivente e a força do sentimento envolvido ajudam os abusadores a compreender os riscos que o comportamento opressor acarreta.

Várias formas de retaliação são usadas hoje por anarquistas contra estupradores, espancadores e perpetradores de agressão sexual, talvez mais comumente na forma de exposição pública, que pode envolver a publicação de detalhes do culpado na Internet ou em espaços ativistas, ou divulgá-los publicamente (em um caso, um grupo de feministas italianas interrompeu com sucesso um seminário universitário assistido por um perpetrador de violência doméstica e se recusou a sair sem ele). Essa vergonha pode ser uma consequência secundária de ações destinadas a alertar os outros sobre o indivíduo.

Isso não quer dizer que a retaliação violenta, ou na verdade qualquer forma de retaliação, não seja problemática. Em particular, usar o intenso poder da vergonha (seja como uma ferramenta em si ou como consequência de uma ação punitiva) pode perpetuar o

comportamento inaceitável dessa pessoa e consolidar formas indesejáveis de relacionamento mútuo. Queremos ter uma cultura na qual sejamos disciplinados pelo medo da vergonha e da rejeição? Queremos viver nossas vidas de acordo com normas e moralidade – isto é, comportamento que é movido pelo desejo de conformidade – ou de acordo com valores e ética que pensamos e escolhemos para nós mesmos? Podemos usar táticas contra nossos inimigos que consideramos problemáticas para nossas comunidades, enquanto rejeitamos esses princípios para nós mesmos? Embora possamos nunca ser capazes de nos libertar totalmente do medo da rejeição e do ostracismo, isso significa que não devemos pelo menos tentar desafiar os modos dominantes de controle social, como vergonha, conformidade e respeito pela hierarquia? Afinal, isso é indiscutivelmente tanto, senão mais poderoso, esteio do status quo opressor do que o medo da polícia ou das prisões.

Dados os perigos potenciais de retaliação e ação punitiva, o ideal é que seja reservado para casos graves em que a reconciliação está fora de questão. Outra razão para isso é o risco de ‘errar’, discutido mais tarde. Outra questão é: quem decide se deve tomar medidas punitivas ou expulsar? Idealmente, o projeto, centro social, grupo de campanha ou qualquer coletivo do qual o acusado faça parte decidirá junto com o(s) sobrevivente(s), levando em consideração o quadro geral e os padrões de comportamento do acusado. Obviamente, é mais fácil falar do que fazer em alguns casos, pois muitos abusadores são muito hábeis em esconder seu comportamento em público. Por outro lado, também é comum encontrar indivíduos que repetem certos padrões de interação indefinidamente com diferentes parceiros, e o comportamento dominante pode não se limitar exclusivamente a seus relacionamentos íntimos.

Após uma decisão coletiva de agir, qualquer curso de ação deve ser centrado no sobrevivente, ou seja, uma vez que tenha sido concordado que uma pessoa será expulsa, exposta publicamente

ou mesmo atacada, as necessidades ou desejos do(s) sobrevivente(s), que pode têm sérias preocupações com sua própria segurança, devem ser priorizados. Como e quando a ação é realizada deve ser de acordo com as necessidades que estão em primeiro plano nas mentes das pessoas. Idealmente, veríamos uma cultura em que o coletivo mais amplo (em vez de um grupo de amigos do sobrevivente) apoiaria a ação direta quando apropriado. No entanto, nos casos em que há desacordo, sempre haverá alguns que optam por tomar uma ação retaliatória, independentemente da decisão do grupo mais amplo. A questão para o coletivo será, então, se deve agir contra esse(s) indivíduo(s), pois é importante prevenir-se contra o abuso desses processos.

Apesar dos perigos potenciais da ação retributiva, se usada em situações apropriadas e com uma análise crítica do poder, ela pode ser a chave para estabelecer a segurança, dar poder aos sobreviventes, alertar os abusadores em potencial e perceber a força coletiva dos grupos oprimidos.

Justiça Transformativa

A justiça transformativa oferece oportunidades significativas para enriquecer nossa compreensão do poder e seu abuso. Isso é particularmente verdadeiro em relação a questões de relacionamento e sexo, onde o medo, o condicionamento e as inseguranças muitas vezes minam a compreensão. Podemos buscar a reconciliação por meio de processos formais de prestação de contas ou por outros meios que promovam o diálogo. No entanto, quando os processos de responsabilização caem – e, como indicam os artigos anteriores, muitas vezes caem – parece em parte ser quando são aplicados de forma acrítica e sem a devida consideração de alternativas.

Em particular, uma das tendências mais preocupantes que surgiram em algumas cenas radicais nos Estados Unidos é a severa rejeição das preocupações sobre esses processos. Se as divergências

são expressas por aqueles atribuídos a um grupo ‘dominante’ ou ‘privilegiado’ (por exemplo, homens cis), então isso é tomado como evidência de ‘fornecer cobertura retórica para tratar os sobreviventes como inimigos’.

Ao contrário, se há uma lição que podemos aprender com esses experimentos ao longo dos últimos anos, é a importância de avaliar e adaptar nossos mecanismos de resposta. Sem fazer isso, corremos o risco de consolidar uma abordagem dogmática aos processos de responsabilização.

Tal abordagem:

- ◆ Pode causar considerável destruição e lutas internas em um coletivo;
- ◆ Posiciona a justiça transformadora acima e em oposição às abordagens retributivas, deslegitimando a ação direta dos sobreviventes;
- ◆ Esconde o fato de que as dúvidas sobre a retribuição muitas vezes podem estar enraizadas em um paradigma centrado no estado (os estados usam as prisões, as prisões perpetuam o problema = a retribuição é ruim);
- ◆ Leva ao uso inadequado de processos de responsabilidade, por exemplo, contra aqueles que questionam os processos;
- ◆ Cria o ônus de ‘sempre acreditar no sobrevivente’, independentemente de outras dinâmicas em curso (discutidas mais adiante);
- ◆ Impõe encargos consideráveis ao tempo das pessoas e retira energia de outros trabalhos importantes. Este fardo pode ser particularmente irracional no caso de pais solteiros, aqueles com deveres de cuidados ou aqueles que fazem trabalhos em diversos empregos (que também podem querer continuar com projetos radicais!);
- ◆ Propaga suposições liberais inquestionáveis sustentadas por alguns dos campeões de ONGs de JT;

- ◆ Oculta os contextos distintos (em particular, os EUA) em que surgiram e a tendência dos discursos dos EUA de serem importados sem crítica para outras partes da Anglofera (por exemplo, teoria do privilégio, brancura crítica);
- ◆ Mina a distinção entre aqueles que realmente queremos ter em nossas vidas e comunidades e aqueles que não queremos.

Este último ponto, articulado por CrimethInc na ideia de ‘círculos concêntricos de afinidade’, é crucial mesmo para as aplicações menos dogmáticas da justiça transformativa. Para que qualquer processo (de ‘responsabilidade’ ou outro) satisfaça nossas necessidades e minimize seu impacto em nossos coletivos, é essencial que linhas sejam continuamente traçadas entre os perpetradores com os quais realmente queremos gastar tempo e aqueles que não. As possíveis diretrizes para isso são apresentadas na próxima seção. Isso é essencial, porque podemos acreditar que ninguém está além da ajuda, mas algumas pessoas podem precisar de 10 anos de trabalho duro e apoio para mudar seu comportamento. A questão para nós, então, é realmente se queremos gastar muitos meses ou anos de nosso tempo e energia mudando o comportamento individual. Temos esses tipos de recursos? E esta é a estratégia adequada para combater o estupro e a violência de gênero?

Tal como acontece com a justiça retributiva, as abordagens “transformativas” caem na ausência de uma análise radical do poder. Uma forma de reduzir o risco é desenvolver respostas mais matizadas e variadas ao comportamento opressor em nossas comunidades. É para isso que nos voltamos agora.

Abordagens Alternativas

A. Escolhendo um caminho

Conforme mencionado acima, antes que um coletivo opte por qualquer curso de ação, ele precisa decidir se a pessoa acusada pode ou não permanecer no grupo. Isso informará se a abordagem adotada é baseada principalmente no diálogo ou na ação. Não pode haver regras rígidas e rápidas sobre isso, pois cada grupo abordará a questão de ângulos diferentes e terá diferentes entendimentos de danos menores e graves, dependendo da política do grupo, seu foco, as experiências de seus membros e as personalidades e inclinações dos envolvidos.

No entanto, alguns fatores, **em conjunto**, podem ser usados para orientar uma decisão:

Reconciliação (o acusado permanece no grupo)

- ◆ A pessoa que faz as alegações deseja reconciliação
- ◆ O coletivo sente amor e/ou afinidade pelo acusado
- ◆ O dano causado é relativamente pequeno
- ◆ O dano é causado por erro de julgamento
- ◆ O dano é causado por ignorância
- ◆ O acusado alega ou sabe-se que ele próprio sofreu dificuldades ou abusos relevantes, recente ou historicamente (ou seja, eles também são sobreviventes)
- ◆ O acusado nega o ato e é acreditado (veja abaixo)
- ◆ O acusado expressa remorso

Expulsão

- ◆ A pessoa que faz as alegações quer que o acusado saia
- ◆ O coletivo não sente afinidade suficiente com o acusado
- ◆ O dano causado é grave
- ◆ Existe um padrão de abuso
- ◆ O acusado não tem respondido ao diálogo
- ◆ O acusado parece ter consciência de que estava cruzando fronteiras
- ◆ O acusado nega o(s) ato(s), mas é desacreditado (veja abaixo)
- ◆ O acusado não expressa remorso sincero

Devemos sempre partir de uma posição de acreditar no sobrevivente e tomar medidas para estabelecer sua segurança imediatamente. No entanto, isso não significa que as alegações nunca possam ser questionadas. Um dos principais objetivos dos processos de responsabilização é que o acusado reconheça a responsabilidade pelo dano causado, sem se envolver em negações ou desculpas. A responsabilização é, de fato, em muitos casos vista como sinônimo de assumir responsabilidade, o que não oferece uma oportunidade significativa de autodefesa contra essas acusações. Os processos não vão convidar a participação se forem vistos como injustos, então precisamos colocar verificações em vigor para nos proteger contra processos que são eles próprios irresponsáveis e vulneráveis ao uso indevido e abuso.

Alguns casos são claros, outros, nem tanto. Uma atitude “ou você está com os sobreviventes ou é um apologista de estupro” não ajuda em nada. Embora esta seja uma abordagem compreensível, dada a sociedade patriarcal em que vivemos (no Reino Unido, 7% dos estupros relatados levam à condenação), é inegável que algumas pessoas (embora uma minoria distinta) façam falsas acusações de vários tipos contra outras. Isso pode ser porque eles têm um ponto de vista político que querem promover ou porque

sofrem de problemas de saúde mental específicos. Também é verdade que os círculos radicais podem ser um ímã para pessoas com esses problemas devido à cultura de apoio mais geral e às nossas análises sistêmicas das condições de saúde mental. Precisamos permitir a possibilidade de que uma acusação seja falsa e, ao mergulhar nos processos de responsabilização que exigem uma admissão de responsabilidade, não consigo ver nenhuma saída para as pessoas presas em tal cenário.

As razões para o coletivo acreditar na negação do acusado devem ser baseadas na consideração do quadro geral, incluindo seus padrões mais amplos de comportamento, tendo (quando apropriado e com sensibilidade) consultado outros/parceiros anteriores sobre sua experiência com o acusado; outras dinâmicas no relacionamento; e consideração, quando apropriado, de outro comportamento inaceitável anterior por parte da pessoa que faz as alegações (por exemplo, ter feito outras alegações sabidamente falsas, publicar indevidamente os dados das pessoas na Internet, chamar a polícia sobre camaradas, etc.). Às vezes, essas decisões serão muito difíceis de tomar, mas precisarão ser consideradas se quisermos responder de maneira apropriada ao que nem sempre são situações simples.

No entanto, não se pode esperar que ninguém seja um especialista nisso, especialmente se o comportamento opressor for uma ocorrência relativamente rara em um coletivo. Portanto, o conselho pode ser solicitado em outro lugar, como discutirei mais adiante.

B. Mediação

Uma vez estabelecido que uma pessoa pode permanecer em um determinado coletivo e que o desequilíbrio de poder não é tão grande a ponto de miná-lo, a mediação pode então ser necessária em casos que ainda necessitem de intervenção “externa”. Amigos, o coletivo e o sobrevivente podem recomendar isso. A escala dos processos de responsabilização significa que eles são vulneráveis

a pessoas polarizando e o processo explodindo em conflitos mais amplos no coletivo/movimento (especialmente porque muitos grupos são pequenos). Para evitar a escalada do conflito e consumir a energia de um grupo que provavelmente tem outras prioridades, a mediação pode ser uma alternativa mais adequada em menor escala. Os processos de mediação podem ser usados envolvendo até três pessoas (um mediador qualificado e relativamente ‘neutro’ e uma pessoa de apoio para cada parte), em vez de processos de responsabilização que tendem a criar ‘grupos de apoio’ inteiros em ambos os lados. O mediador deve promover o diálogo e a compreensão e facilitar um acordo pelo qual o acusado tomará medidas para mudar seu comportamento nos casos em que a responsabilidade por um ato é reconhecida (como nos processos de responsabilização). Um exemplo disso seria participar de um grupo de autoajuda (abaixo). Um acordo também poderia ser feito para verificar o progresso disso mais adiante.

C. Grupos de Autoajuda

Após a mediação, ou independentemente dela, qualquer uma das partes pode ingressar em um grupo de autoajuda. Para o acusado, esta pode ser uma condição definida por um coletivo, ou um acordo alcançado em mediação. O conceito de grupos de autoajuda para ‘perpetradores’ e ‘sobreviventes’ - na falta de palavras melhores - poderia fazer parte tanto de uma estratégia preventiva quanto de uma estratégia de resposta.

Grupos de conscientização sobre opressão

As referências podem ser feitas por qualquer pessoa (parceiros, amigos, coletivos ou os próprios acusados), e a participação pode ser por um período de tempo especificado (por exemplo, seis meses). Outros que desejam desaprender o comportamento patriarcal ou hierárquico também podem participar. As sessões podem ser

realizadas coletivamente por participantes e um punhado de voluntários qualificados. Em um ambiente encorajador e sem julgamento, os participantes podiam apoiar uns aos outros para melhor compreender o poder, a hierarquia e a dinâmica do abuso. Como outros projetos de educação “faça você mesmo”, os textos podem ser lidos fora do tempo do grupo e discutidos durante as sessões.

O objetivo seria fortalecer nossas comunidades, aumentando nossa compreensão do poder e seus abusos e, por sua vez, tratar uns aos outros com maior respeito e camaradagem. Os indivíduos que participam podem melhorar seu comportamento e, ao mesmo tempo, apoiar outras pessoas a fazê-lo. Ajudar os outros também consolida nosso próprio conhecimento e nos encoraja a ser auto-reflexivos.

Finalmente, junto com os grupos de autoajuda para sobreviventes (veja abaixo), quando apropriado, esses grupos podem ser consultados nos casos em que um coletivo está considerando a possibilidade de excluir um indivíduo. O grupo poderia fazer sugestões, por exemplo, sobre os fatores a serem levados em consideração ao tomar tal decisão, ou como proceder para abordar o acusado. Com a ajuda de facilitadores ou conselheiros, isso permitiria que os ‘perpetradores’ que permanecem em coletivos desempenhassem um papel positivo no desafio do comportamento opressor, além de fornecer verificações sobre o uso indevido dos processos de responsabilização.

Uma vantagem deste projeto é que aqueles que querem e precisam trabalhar nessas questões têm um espaço para fazê-lo sem necessariamente arrastar pessoas que preferem trabalhar em outras coisas. O formato de autoajuda, por sua vez, é projetado para capacitar as pessoas a fazer mudanças, em vez de envergonhá-las. Novamente, essa abordagem seria apropriada apenas para aqueles com quem temos afinidade e que gostaríamos que permanecessem em nossas comunidades.

Autoajuda do 'sobrevivente'

Na mesma linha, aqueles que sofreram relacionamentos ou experiências abusivas podem ter a oportunidade de unir forças e apoiar uns aos outros. Novamente, eles não precisariam necessariamente ter passado por mediação ou qualquer outro processo coletivo para acessar esses grupos. Tal como acontece com os grupos de conscientização sobre opressão, eles podem ser administrados por sobreviventes/vítimas com a ajuda de conselheiros qualificados ou outros apoiadores. O projeto pode funcionar como um espaço de escuta, validação, reconstrução da autoestima, aprendizagem da identificação de sinais de abuso e manipulação, desenvolvimento da força e habilidades para desafiar o abuso e preparação de possíveis saídas para uma situação quando necessário. A 'lição de casa' de leitura e o treinamento de autodefesa podem ser potencialmente incorporados a essas sessões.

Tal como acontece com os grupos de conscientização sobre opressão, os grupos de sobreviventes também poderiam atuar como consultores para coletivos, considerando como levar adiante uma denúncia. Desta forma, tanto os 'sobreviventes' quanto os 'perpetradores' podem deixar de ser destituídos de poder e constrangidos por esses rótulos e passar a ter força e conhecimento para dar feedback à comunidade em geral.

Os problemas práticos colocados por esses grupos são questões de capacidade para que funcionem no nível local necessário para uma comunicação regular, e a questão de saber se haveria demanda suficiente. Pelo menos em relação aos grupos de conscientização sobre opressão, eu acho que a 'comunidade' anarquista no Reino Unido é atualmente muito fraca para eles operarem localmente. Portanto, pode fazer mais sentido estabelecer um ou dois grupos (por exemplo, Norte e Sul) ou grupos regionais, e para as reuniões assumirem a forma de encontros mensais intensivos

apoiados por comunicação online, como uma lista de emails. Os fundos podem ser combinados pelo grupo para ajudar nas despesas de viagem. Os grupos de sobreviventes podem ter mais demanda e, portanto, podem operar em algumas áreas locais.

Apesar de alguns desafios logísticos, implementar essa infraestrutura pode ser um investimento valioso, tanto como uma estratégia preventiva e como um meio de construir a resiliência e integridade política de nossas redes, bem como proteger contra dogmas em processos de responsabilização.

D. Resolução Interna

Em última análise, nossas abordagens devem ser voltadas para a construção de indivíduos fortes e engenhosos, capazes de desafiar atos de dominação, sempre que possível, por meio de comunicação direta, sem exigir a contribuição de todo o coletivo/projeto. O estabelecimento de recursos, como grupos de autoajuda, pode ajudar nesse sentido.

E. Exclusão e Retribuição

Nos casos em que não seja considerado adequado que uma pessoa permaneça em um coletivo, será necessário tomar medidas para expulsá-la. Tendo os danos causados sido particularmente graves, neste ponto o objetivo passa a ser o estabelecimento da segurança, demonstrando amor e solidariedade com o(s) sobrevivente(s), e ajudando-os a encontrar o seu poder. Esses princípios têm se mostrado vitais para ajudar as vítimas a superar traumas.

Traduzir esses princípios em ação significará expulsar um indivíduo de uma forma confortável para o(s) sobrevivente(s). Eles podem querer ou não estar envolvidos e podem querer que outras pessoas com as quais se identificam façam parte do grupo que o realiza (outras mulheres/pessoas racializadas/queer/pessoas trans, etc.).

Uma preocupação é que a expulsão não ‘resolve’ o problema e, potencialmente, apenas o passa para outros grupos para lidar com ele. No entanto, ver ou não isso como um sério desafio depende muito de nossos objetivos. Ele ressalta a importância de estar consciente e flexível nesses objetivos (desde ‘transformar’ o culpado, até empoderar as vítimas e estabelecer segurança, e assim por diante), e de não ser limitado pelos dogmas de diferentes abordagens. Embora a expulsão possa parecer ‘desistir’ ou passar o problema para outras pessoas, também temos muitos inimigos no mundo com quem nem sonharíamos em compartilhar nossos espaços. Precisamos estar atentos para não entrar em conflito com o complexo de missionário: não temos o dever de ‘salvar’ ou ‘transformar’ os indivíduos, principalmente se nos sentirmos pouco ligados a eles. Não achamos que vale a pena tentar ‘converter’ policiais ou juízes, então por que pensaríamos de forma diferente sobre os abusadores em série?

Ao demonstrar amor e solidariedade e ajudar a capacitar os sobreviventes, o coletivo ou outro grupo, incluindo o sobrevivente, pode querer realizar outras ações, como expor publicamente o culpado, atacar sua propriedade ou causar-lhe danos físicos. O importante aqui é que o(s) sobrevivente(s) estejam satisfeitos e recebam o poder e o respeito para agir. Mais uma vez, para evitar ‘errar’, nos casos em que o perpetrador é um membro da comunidade/ coletivo, idealmente, isso deve estar apenas nos casos em que o grupo chegou à decisão de que o indivíduo não pode ser reconciliado, ou seja, a decisão foi sido cuidadosamente considerado de antemão.

Conclusão

Nenhum processo estará livre de dor e angústia, mas se quisermos ter algum grau de satisfação com seus resultados, minimizando seu impacto em nossos coletivos, precisamos renunciar ao dogmatismo, questionar nossas suposições e objetivos e fazer experiências críticas com um gama de ferramentas.

Leituras Adicionais

A maioria dos seguintes recursos está disponível online (infelizmente em inglês):

Alex Gorrión, *The Broken Teapot* (Crítica da JT)

Angustia Celeste, *Safety is an Illusion: Reflections on Accountability*

Bay Area Transformative Justice Collective (lista de recursos)
www.batjc.wordpress.com

Ching-In Chen, *The Revolution Starts at Home: confronting intimate violence within activist communities* (Livro)

Ching-In Chen, *The Revolution Starts at Home: confronting partner abuse in activist communities* (Zine)

Christine Sivell-Ferri, *The Four Circles of Hollow Water. Aboriginal Peoples Collection.*

Creative Interventions, *Creative Interventions Toolkit: A Practical Guide to Stop Interpersonal Violence*

Critical Resistance e INCITE!, 'Women of Color against Violence Statement on Gender Violence and the Prison Industrial Complex'

Diverses Autores, *Dangerous Spaces: violent resistance, self-defense, and insurrectional struggle against gender*

Diverses Autores, *What do we do when? A zine about community response to sexual assault*, Segunda Edição

Generation FIVE, *Toward Transformative Justice: A Liberatory Approach to Child Sexual Abuse and other forms of Intimate and Community Violence*

INCITE! Women of Color Against Violence, 'Community Accountability: Principles / Concerns / Strategies / Models Working Document'

Judith Herman, *Trauma and Recovery: The Aftermath of Violence – from Domestic Abuse to Political Terror* (Livro)

Lista (e cópias online) de zines que lidam com agressão sexual e responsabilidade da comunidade em www.phillyspissed.net

Lista de projetos trabalhando em torno de JT/questões relacionadas em www.phillystandsup.com

Philly Survivor Support Collective, ‘*Strategies for Survivors*’ (Philly Survivor Support Collective: 9 de abril de 2013)

Ravachol, *Vive l'Anarchie!: Illegalist Trial Statements* (Anarquistas Sobre Crime e Vingança)

Responsabilidade da comunidade: ideias, ações, arte e recursos para as comunidades respondendo e transformando a violência – recursos www.communityaccountability.wordpress.com

SOA, *Watch Taking The First Step: Suggestions To People Called Out For Abusive Behavior*

Muito obrigado aos camaradas que compartilharam seus pensamentos e experiências sobre essas questões e me apoiaram e inspiraram a montar esta coleção. Muito amor para vocês.

Cópias deste zine (inglês) podem ser acessadas em dysophia.org.uk